

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 49

(Via *Spyke*)

15 de fevereiro de 2019

(9,05 h – 11,23 h)

Ordem do dia: Audição do Eng.º Carlos Moedas, ex-Secretário de Estado
Adjunto do Primeiro-Ministro do XIX Governo

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

António Topa (PSD)

Hugo Costa (PS)

Jorge Costa (BE)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Muito bom dia, Srs. Deputados, muito bom dia, Sr. Comissário Europeu Carlos Moedas, penso que me está a ouvir perfeitamente.

Dou-lhe as boas-vindas a esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade, que vamos iniciar.

Eram 9 horas e 5 minutos.

Hoje temos connosco o Sr. Comissário Carlos Moedas, através de *Skype*. A imagem está boa; o som, que já testámos, também está perfeito. Queria só partilhar com as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que o Sr. Comissário deu-me nota de que não tinha nenhuma intervenção inicial e no âmbito desta rotação, cabe hoje ao CDS-PP iniciar a inquirição.

Assim sendo e se todos concordarmos, dou a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, do CDS, para dar início a esta reunião, não sem antes voltar a agradecer o esforço ao Sr. Comissário Carlos Moedas para estar aqui, à distância, connosco, mas tenho a certeza de que esse seu contributo será muito importante para os trabalhos desta Comissão.

Sr. Deputado Hélder Amaral, tem a palavra durante os próximos 8 minutos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Bom dia, Sr. Presidente, bom dia aos Colegas, um cumprimento especial ao Sr. Comissário Carlos Moedas, é um prazer revê-lo.

Queria começar por uma pergunta que é tautológica, mas ainda assim é normal fazer logo de início, até porque não fez intervenção inicial, que é perguntar-lhe se tem alguma declaração de interesse a fazer nesta Comissão de Inquérito antes de eu iniciar as minhas perguntas.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas** (ex-Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro do XIX Governo): — Muito obrigado, Sr. Deputado Hélder Amaral, é com muito gosto que estou aqui na Comissão por via eletrónica e para responder às perguntas.

Sr. Deputado, não tenho nenhum tipo de declaração de interesse, a não ser dizer que a minha função no Governo não era uma função que tivesse que ver com a área da energia. A função daquilo que era a chamada equipa da ESAME (Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos) era uma função que fazia a ponte entre os ministérios setoriais e a troica. Ou seja, nós preparávamos, de certa forma, as reuniões, tínhamos, através dos ministros, um mandato específico para negociar determinados pontos do Memorando, explicar isso à troica e era dessa maneira que nós o fazíamos e, portanto, foi essa a minha função durante o Governo do Dr. Passos Coelho.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Agradeço-lhe a resposta.

Queria, então, colocar-lhe a seguinte questão: um dos documentos, que não é o único que esteve na origem, mas é um dos mais importantes, tem que ver com o estudo de CEPA (Cambridge Economic Policy Associates) ou mais conhecido por Cambridge.

O Secretário de Estado Henrique Gomes, bem como o seu chefe de gabinete, disseram que esse documento foi central naquilo que veio a ser a ideia ou a primeira vez que se falou em rendas excessivas e, portanto, gostava de lhe perguntar se teve conhecimento desse documento, o estudo de Cambridge; quando é que teve conhecimento deste estudo antes de ele ser entregue à troica.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Acho que talvez valha a pena dar um bocadinho de contexto àquilo que foi o Memorando e como é que ele começou.

Nós começámos a trabalhar logo em julho e aquilo que eram as prioridades do Memorando estavam estabelecidas como medidas que nós chamávamos as medidas de *benchmark* estruturais ou, em inglês, *structural benchmarks*. E o que eram essas medidas? Essas medidas tinham que ver, primeiro, com a parte das privatizações, com as *golden shares*, com a lei da concorrência. Portanto, nós começámos todo o trabalho logo em julho sobre os esses sistemas que eram prioritários.

O tema da energia, que já estava no Memorando inicial que vem do Governo anterior, do Primeiro-Ministro José Sócrates, já falava de sobrecustos, portanto, uma maneira de dizer rendas excessivas, mas de outra forma, mas não era uma prioridade que estava estabelecida de imediato. E então nós começamos a trabalhar a grande velocidade naquilo que era necessário, porque nós sabíamos que o valor do próprio Memorando, aquele que era a ajuda dos 80 000 milhões, era, de certa forma uma restrição: nós precisávamos de ter mais dinheiro para conseguir pagar os salários das pessoas e dos funcionários públicos e, portanto, as privatizações eram importantíssimas. Esse é o primeiro ponto.

Depois, em setembro, realmente começa-se mais a falar, tanto na troica como no Governo, das chamadas «rendas excessivas». E nessa altura, a troica, juntamente com o Governo, em várias reuniões, decidem que teríamos de fazer algo em relação às rendas excessivas e tínhamos que o fazer rapidamente com soluções concretas.

Nessa altura, o meu papel era falar com o Ministro, falar com o Secretário de Estado e dizer: «Nós precisamos aqui não só de um diagnóstico, que precisamos, mas também de medidas concretas». Daquilo que me lembro do estudo da Cambridge — aliás, é interessante talvez fazer

esse ponto —, que penso que não era Universidade de Cambridge, era uma consultora que estava estabelecida no Reino Unido e que se chamava Cambridge Associates ou Cambridge Economics...

Essa consultora fez um trabalho de diagnóstico. Do que me lembro dessa fase foi realmente de estar numa luta constante para fazer entender a toda a gente com quem eu falava no Ministério e na Secretaria de Estado que precisávamos, mais do que um diagnóstico, precisávamos de soluções. E, portanto, esse estudo é um *input*, era um *input*. Lembro-me bem desse *input* e lembro-me bem do estudo, mas não era essa a solução nem era isso que tínhamos de enviar à troica.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Assim é, por isso é que se diz CEPA, é apenas uma consultora. A verdade é que nós estivemos, durante muito tempo, a ter esse estudo como sendo o alfa e o ómega das rendas excessivas e quando lemos os anexos não é tanto assim, mas também ficou aqui na nossa Comissão e, por isso, a audição de V. Ex.^a é importante, a suspeita de que houve fugas, quer das intenções do Governo, quer dos estudos e que essas fugas terão chegado à EDP e, por isso, a EDP inclusivamente terá tentado indagar junto de VV. Ex.^{as} no gabinete do Primeiro-Ministro que estudo era esse, e daí a minha pergunta.

Gostava de repetir a pergunta se o Primeiro-Ministro e se o Sr. Comissário tiveram acesso antes ao estudo e, se não, de alguma forma tentando condicionar a divulgação desse estudo.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Não, repare: a transparência que nós tínhamos era total, ou seja, quando aparecia um determinado estudo, esse estudo chegava-nos a nós, no nosso gabinete, e, portanto, nós tínhamos desconhecimento de que estudo era, mas também chegava, de certa forma, à troica. Eu costumava descrever a nossa relação com a troica com uma

abertura total. Nós tínhamos uma chamada telefónica todas as sextas feiras. Nessa chamada telefónica, nós discutíamos os temas, falávamos dos relatórios que tínhamos recebido, dos estudos que tínhamos, portanto, tudo isso era aberto.

Portanto, não me lembro exatamente de quando tive conhecimento do estudo, mas sei que assim que ele existiu, assim que o Ministro mo enviou, também a troica teve conhecimento, até porque eu dizia sempre que o segredo de conseguirmos ter realmente um programa de sucesso era não ter qualquer tipo de segredo, era dar as boas notícias quando eram boas, dar as notícias más antes das boas notícias, informar sempre, sempre, sempre! E isso criou-nos credibilidade junto da troica. Portanto, o estudo aparece e é conhecido nas várias versões. Aliás, ouvi nas notícias sobre as versões do estudo e, Sr. Deputado, houve imensas versões dos estudos, houve atualizações, todas as sextas-feiras nós falávamos com a troica, os ministros reuniam-se comigo, com a troica e íamos mudando e fazendo, no fundo, as mudanças necessárias para chegar às conclusões, que eram tão importantes na altura.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Queria, então, que me ajudasse a perceber o seguinte: nós tentamos e julgo que vamos conseguir um dia descobrir quem é o pai ou o autor da expressão «rendas excessivas», escrita num dos documentos, nomeadamente na medida 5.15 do Memorando.

A verdade é que temos dois documentos aqui na Comissão que são diferentes, daí a minha pergunta anterior, temos um que queremos acreditar que está na origem da medida 5.15 do Memorando, que foi produzido pelo gabinete do Secretário de Estado Henrique Gomes, datado de 31 de janeiro, com medidas que, no fundo, já referia, de reduzir o sobrecusto no setor gerador de eletricidade e também para baixar a dívida tarifária — aliás, o Eng.º Henrique Gomes fez referência a essa grande prioridade — tinha um

modelo de comércio com medidas, o modelo de comércio de licenças CO₂; os cortes na cogeração, que acabou por acontecer e a revisão do mecanismo de garantia de potência.

Esse mesmo documento faz referência a um outro relatório da OCDE, nós acabámos por pedir esse relatório, que nos chegou do Ministério da Economia e a verdade é que é muito diferente, ou seja, há, de facto, dois documentos. Aí já aparece a renegociação dos CMEC ou a extensão das *feed-in tariffs*, que também acabou por acontecer numa das medidas, e as contrapartidas para fazer face à dívida tarifária.

Gostava de perceber se esses documentos não são assim tão contraditórios e fazem parte de um todo ou se, de facto, a tal suspeita de que havia vários documentos sempre é verdadeira, se conhecia esses dois documentos.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, aquilo que penso que se passou — e passou-se em vários Ministérios ou sobre vários temas — era que os documentos que nós tratávamos com a troica eram involutivos, ou seja, as discussões faziam com que houvessem mudanças constantes depois das várias discussões. Portanto, nós tínhamos reuniões que tinham a Comissão Europeia de um lado, mas também o FMI de outro, em que íamos discutindo e o documento ia evoluindo. E, portanto, não me espanta nada que tenhamos versões diferentes e várias versões.

Mas aquilo que eu gostava talvez de dizer e que possa explicar um bocadinho a sua pergunta é que quando, em julho, a troica vem pela primeira vez a Portugal para uma primeira avaliação em agosto e nessa primeira avaliação a troica, na altura, sobre a energia fala apenas ou fala muito mais sobre quais as medidas que íamos tomar para a cogeração e para as renováveis e o tema dos CMEC e dos CAE, que tanto tem sido falado, só surge depois, na segunda avaliação.

Portanto, há também uma evolução na própria discussão. Quando a troica faz o primeiro documento original no Governo anterior, não tinha ainda um conhecimento total do que se passava e depois focaliza-se primeiro numa fase... Aliás, eu até fui buscar aquilo que era a linguagem nessa primeira avaliação em que a troica não pede medidas ainda, a troica tem um *benchmark*, que posso depois enviar para aqui por *e-mail*, dessa primeira avaliação em agosto, em que diz: «Vamos fazer uma revisão da eficiência de sistemas de cogeração e renováveis e vamos tentar encontrar possíveis caminhos».

Mas depois, em setembro, começa-se realmente a ver que não chegava, que era preciso fazer também qualquer coisa em relação ao resto, que eram os CMEC e os CAE, que têm sido falados, e, portanto, há também uma focalização, ou seja, há uma evolução no próprio pensamento daquilo que era a Comissão Europeia e o FMI e também do próprio Governo que se dá conta.

Agora, é interessante ver, Sr. Deputado, que isto acontece já em setembro/outubro. Portanto, nós já estamos a meio daquilo que era o processo da privatização da privatização da EDP, a última tranche que era, realmente, uma parte essencial do Programa de Ajustamento, que também já vinha, obviamente, do Memorando feito pelo Governo do Primeiro-Ministro José Sócrates, portanto, essa privatização já estava combinada e prevista no Memorando inicial, que era antes do nosso Governo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não querendo maçá-lo, não posso fugir de algumas declarações feitas aqui na Comissão e uma delas, que me parece particularmente grave, foi quando disse que, de facto, a negociação, pela sua própria natureza evolutiva a aproximação de partes e diz que o próprio Governo evoluiu.

A verdade é que o ex-Secretário de Estado Henrique Gomes se queixou não só de o proibirem de usar a expressão «rendas excessivas», como sentiu, no fundo, o seu trabalho a ser armadilhado. Chegou mesmo a dizer que fruto de muitas pressões, da intervenção do Gabinete do Ministro Álvaro Santos Pereira e do Gabinete de Carlos Moedas, o documento entregue acabou por ser alterado e há até quem diga — ele não o afirmou claramente — que o documento entregue não teve o seu conhecimento ou teve conhecimento dele *a posteriori*.

A minha primeira pergunta é se a Secretaria de Estado e o próprio Ministério, juntamente com o seu Gabinete, faziam parte dessa tal evolução conjunta do Governo e que a posição, apesar de ser natural que houvesse divergências, no final era toda ela aceite por todos.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, aquilo de que me lembro dessas discussões, primeiro era que o documento e o documento inicial não tinha medidas e todos aqueles que me conhecem pela minha maneira de trabalhar na política, sabem que sou uma pessoa de soluções e, portanto, insisti sempre muito nas soluções, muitas vezes diretamente com o Ministro, até porque a nossa ligação era muito com a chefe de gabinete do Ministro da Economia na altura e ela fazia a ligação depois com o Secretário de Estado.

Portanto, naquela altura, houve realmente um problema, que eu diria interno, de uma discordância sobre como é que se iam reduzir estas rendas excessivas. A discussão não era tanto sobre se existiam ou não rendas excessivas, mas como é que nós íamos reduzi-las. E o Secretário de Estado Henrique Gomes tinha uma posição, que era a da tal contribuição especial, mas que era uma posição que, de certa forma, já vinha tarde nas discussões sobre a privatização. Porque se estávamos a privatizar a EDP com um determinado cenário daquilo que era a empresa e um valor da empresa, se

nós, de repente, fizéssemos uma contribuição especial, ou seja, estávamos a diminuir o valor da empresa que estávamos a vender por outro valor, portanto, no fundo, estávamos a enganar os compradores, o que não fazia muito sentido, a meu ver.

Mas, Sr. Deputado, não era a minha opinião, era uma decisão do Governo, que o Secretário de Estado Henrique Gomes, depois, percebeu. E ele próprio e o Ministro da Economia disseram: «Nós percebemos e, em vez de fazermos a contribuição especial, vamos arranjar outras maneiras de chegar ao mesmo valor». Assim, substitui-se a ideia da contribuição especial por várias medidas, soluções que foram apresentadas à troica. Obviamente que foram discussões difíceis, mas, no fim, acho que o Governo concordou — o Sr. Ministro da Economia já o disse — e o Sr. Secretário de Estado Henrique Gomes, depois, também aceitou que íamos por aquele caminho e que era uma decisão política importante para a credibilidade do País.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Agradeço-lhe a resposta.

O ex-Ministro Álvaro Santos Pereira não fugiu à sua ideia inicial de que seria a CESE e, quase conformado, que seria o melhor modelo para corresponder à tal resolução dos sobrecustos identificados. No entanto, chegou a deixar uma acusação a si próprio mas mais direta ao ex-Ministro das Finanças Vítor Gaspar, que, tendo como prioridade a privatização da EDP, acabou por inviabilizar a CESE.

A suspeita que fica é a de que o Governo deu prioridade à EDP — com certeza que outros grupos parlamentares lhe perguntarão sobre esta matéria com mais ênfase — e não tinha propriamente o objetivo de reduzir, a bem dos consumidores, a enorme dívida tarifária que tínhamos herdado do Governo anterior, cujas explicações todos nós conhecemos, nem tinha a necessidade de cumprir as obrigações com a troica.

Pergunto-lhe se o que se passou foi apenas essa divergência de que nos fala e se as soluções encontradas tiveram o acordo da troica, o acordo do setor e, no final do dia, o acordo já de outro Secretário de Estado. É que o Eng.º Rui Gomes diz que acabou por se demitir e atribui a sua demissão a essa divergência — «eu queria a CESE e não me deram a CESE».

Já confirmou que houve divergência, mas, tendo em conta a privatização e a prioridade que tínhamos — estávamos sob assistência externa — de reduzir sobrecustos, ou seja, olhar para o setor e fazer poupanças, pergunto se, no final do dia, o objetivo foi confirmado e a própria troica sancionou todas estas decisões.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, lembro-me que nas discussões a troica tinha uma visão que estava de acordo com a do Ministro das Finanças no sentido de não fazermos nada unilateralmente e que devíamos fazer através de um acordo. Ou seja, se tivéssemos uma medida unilateral, estaríamos a dar um sinal como Governo, no meio daquilo que eram as privatizações que estávamos a fazer, de que íamos romper acordos e criar uma incerteza que prejudicaria a credibilidade do País.

Portanto, a troica concordava que deveríamos ir por um caminho de negociação e não por um caminho unilateral. O que é que eu quero dizer com isto? Fazer uma contribuição especial era totalmente unilateral, era como dizer «aqui está, isto é o que vamos fazer e vocês têm de pagar», e outra coisa era dizer «nós queremos negociar com todos aqueles que são os *stakeholders* para chegar a um acordo».

Acho que é extraordinário ver que o valor que o Eng.º Henrique Gomes queria arrecadar com a contribuição especial foi exatamente aquele que conseguimos arrecadar com a negociação feita de uma maneira que não foi unilateral. Isso foi importante para o País.

Acho que os países não ganham em tomar medidas unilaterais, porque cria, na memória dos investidores futuros, uma grande dificuldade para voltarem a esse país para investir. E aquela foi a primeira vez que estávamos a fazer uma privatização.

De todas as privatizações que valiam ao Estado mais ou menos 8000 milhões, aquela eram mais de 2000 milhões.

Portanto, se corresse mal aquela privatização, corria mal tudo. Acho que o programa corria mal, porque não tínhamos o dinheiro necessário para conseguir ultrapassar a crise.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Concordo e assumo que — é a minha opinião —, estando o risco político do lado do Estado, uma decisão unilateral levaria, porventura, a mais prejuízos e a uma reação natural das empresas afetadas.

Portanto, julgo que a negociação é boa e que no, final do dia — reafirmo, mais uma vez, que esta é a minha opinião —, a verdade é que, com ou sem CESE, até haver provas em contrário, o Governo de V. Ex.^a compara bem com todos os outros que vieram a seguir. Se formos ver quem teve a intenção de cortar e quem fez mesmo cortes efetivos, ainda estamos à procura de quem tenha conseguido fazer melhor.

Vou terminar colocando mais umas perguntas, mas serão as últimas e não precisarei de usar a segunda ronda.

Sobre o conteúdo das rendas ou os elementos que nos vão sendo indicados aqui como contendo sobrecustos, vou colocar perguntas para eliminar suspeitas de interferências e uma delas tem a ver com a audição que fizemos aqui com o Dr. Catroga.

O Dr. Catroga, numa fase inicial, disse que não tinha enviado cartas — a Comissão está na posse dessas cartas — e enviou até uma sugestão nessa tal negociação do que é que ele entendia, ou seja, quando me refiro a «ele»

é à EDP, que deveriam ser os cortes ou até onde poderiam ir. Perguntei ao ex-Ministro Álvaro Santos Pereira se conhecia essas cartas — faço a mesma pergunta a si — e se houve alguma interferência menos lícita do Dr. Catroga, porque algumas medidas eram coincidentes. Quero acreditar que não havia assim tantas medidas possíveis e que algumas, obviamente, terão de ser coincidentes.

Uma vez que estava muito próximo do Primeiro-Ministro e estas cartas foram dirigidas a ele, pergunto: conhecia essas cartas? Falou com o Eng.º Catroga? As medidas encontradas tiveram ou não a pressão e a colaboração do Dr. Catroga?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — De certeza absoluta que houve várias cartas. Não me lembro exatamente do número, mas sei que o Dr. Catroga é um homem que gosta de deixar as coisas por escrito e que escrevia as suas cartas sobre esses assuntos diretamente ao Sr. Primeiro-Ministro.

O meu papel era o de proteger o Primeiro-Ministro e, para isso, recebia todos os que eram desta área da energia, aqueles que vinham ter comigo ao meu gabinete apresentar ideias com transparência. E isso fazia com que o Primeiro-Ministro não tivesse de estar diretamente envolvido num tema em que ele não tinha de estar envolvido.

Lembro-me muito bem que nessas reuniões éramos duríssimos com a EDP. Tinha um excelente elemento na minha equipa — aliás, é uma pessoa que já vinha do Governo anterior e que atualmente é assessor da atual Ministra Ana Paula Vitorino —, chama-se Pedro Ginjeira, que é um homem duríssimo e sabe muito sobre este tema. E lembro-me de a EDP sair sempre dessas reuniões cabisbaixa.

Ou seja, recebíamos as pessoas e apresentávamos as soluções. De certeza que houve muitas cartas que foram enviadas, algumas das quais passavam por mim e outras iam diretamente ao Primeiro-Ministro. Acho que

essa carta vinda do Dr. Catroga terá ido diretamente ao Primeiro-Ministro e, eventualmente, com cópia para nós. Mas isso não mudava nada nem na negociação nem no que era feito pelo Ministro da Economia.

Deixo uma homenagem ao Ministro da Economia, que, realmente, foi um homem extraordinário nesta luta contra os *lobbies* e contra os poderes escondidos daquilo que se quer fazer. Lutou sempre por isso e conseguiu, de certa forma, lá chegar.

Acho que foi normal terem enviado muitas cartas. Não foi só o Dr. Catroga que o fez, também recebi cartas de muita gente da sociedade portuguesa, uns zangados, outros muito zangados e outros mediantemente zangados. Raramente recebi cartas de pessoas contentes.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar por cumprimentar o Sr. Eng.º Carlos Moedas e agradecer as suas respostas e contributos.

Vou colocar perguntas relativas à relação com a troica, tanto no que diz respeito ao relatório, como à partilha de informação com a troica.

Antes de prosseguir, gostava que me esclarecesse uma dúvida. Tendo em conta as suas interações, isto é, o contacto que teve com várias pessoas, ao longo deste processo, enquanto Secretário de Estado — há pouco, falou da chefe de gabinete do Sr. Ministro da Economia, que articulava com o Secretário de Estado e com a tutela da economia —, pergunto-lhe se, para além disso, teve um diálogo direto com a EDP. Se sim, com quem e sobre o quê.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, é verdade que, como tínhamos tantos *dossiers*, os quais passavam por todos os ministérios — isto era apenas uma pequena parte daquilo que nós fazíamos —, tratávamos normalmente com os chefes de gabinete dos Ministros e não dos Secretários de Estado. Mas, se fosse preciso, também falávamos com os Secretários de Estado.

Neste caso, trata-se da chefe de gabinete do Ministro da Economia, uma senhora chamada Marta Neves. Falámos muito com ela por ser o elo de ligação. Quando dizíamos «precisamos de soluções», ela própria falava com o Secretário de Estado. A ligação era feita dessa forma.

Sr. Deputado, também falei muitas vezes tanto com a EDP como com outros produtores, com associações, com pessoas que vinham ter connosco para explicar os problemas que tinham.

Em relação à pergunta «quantas vezes esteve com a EDP?», respondo que estive várias. Vi, várias vezes, pessoas da EDP que vinham fazer queixas, vinham dizer o que achavam bem ou o que achavam mal. Normalmente, eu estava no princípio dessas reuniões e, depois, ficava a minha equipa, porque, como lhe disse, tinha a sorte de ter na equipa um elemento extraordinário que conhecia da área e que lhes dava imensa luta. Destruía os argumentos daqueles que vinham ter connosco e isso ajudava-me no meu trabalho, uma vez que não sou especialista da área da eletricidade, sou engenheiro civil. Portanto, não é uma área que conheça especialmente.

Foi nessa circunstância que estive várias vezes com a EDP, mas, como lhe digo, estive com muitos outros, não foi só com a EDP.

Durante esse período, encontrei-me com muitas pessoas que já vieram a esta Comissão, desde o Eng.º Mira Amaral ao Eng.º Carlos Pimenta, e tantas outras.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Um membro do Governo com as suas funções teria, naturalmente, interações múltiplas sobre temas múltiplos, que podiam ir desde a fiscalidade às questões laborais. Nós todos imaginamos isso.

A questão que lhe coloquei era mais especificamente sobre estes assuntos em concreto que estamos aqui a tratar, ou seja, sobre a CESE, as várias rendas excessivas, as questões dos CMEC. Portanto, gostaria de saber se as interações realizadas com a EDP sobre esta matéria foram tidas pela sua parte e com quem. Não lhe pergunto quantas reuniões teve, mas, sim, que interações teve.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — A interação que houve entre a minha equipa e as pessoas da EDP era para as ouvir. Ou seja, não tínhamos o papel de estar a estabelecer o que era para negociar. Ouvíamos as suas propostas, que nunca eram as que nós queríamos, e estávamos ali para interrogar, para fazer perguntas. O meu papel era o de ouvir o que queria fazer o Ministro Álvaro Santos Pereira e, a partir daí, estabelecia a minha linha e definia tudo.

Eu ouvia mas tinha uma defesa extraordinária, porque podia dizer «muito obrigado por aquilo que me conta, mas aquilo que tenho como ordem do Ministro é x, y, z ».

Sr. Deputado, nós não fomos um bom Governo para a EDP. Poucos Governos — obviamente, não tenho o histórico de todos os Governos — lutaram como nós em relação a argumentos da EDP e a não lhe ceder. E essa luta deu frutos extraordinários.

Quando pensamos naquela primeira fase em que houve medidas de 2,1 mil milhões de euros de cortes e, depois, numa segunda fase, com o Ministro Moreira da Silva, que no fundo volta a fazer aquilo que era a tal contribuição, mais 1,5 mil milhões, ou seja, temos 3,6 mil milhões de euros de cortes. Portanto, acho que aqueles que estão na EDP podem olhar para outros

Governos e gostar deles, agora, do nosso... acho que nunca gostaram da nossa reação nem das nossas reuniões.

Fomos sempre muito duros, quando foi preciso ser duro, sob a batuta do Ministro Álvaro Santos Pereira que, na altura — aliás, o Sr. Deputado lembrar-se-á! —, era constantemente atacado, publicamente, com o nome dele exposto nos jornais, por toda uma série de coisas contra as quais ele lutava e, portanto, havia pessoas que punham notícias nos jornais... essa foi a relação que tivemos com as reuniões da EDP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Comissário, como certamente compreenderá, não vou agora tentar convencê-lo de que não tem razão, não vou fazer nenhuma controvérsia de leituras, não vou tomar o seu tempo nem o nosso em relação à demonstração que considero ter sido feita do questionamento em relação a essa descrição, mas registo, naturalmente, o seu testemunho.

O que lhe queria perguntar era se acompanhou o acordo alcançado, na altura, com os produtores em PRE (produção em regime especial) de eólicas, em que estes aceitavam uma tarifa garantida inferior, o que significava menos 150 milhões de euros no sistema elétrico nacional, em troca de um prolongamento de três anos no prazo dessa garantia. Pergunto-lhe se acompanhou esta decisão, esta negociação, e quem negociou tal acordo com as empresas produtoras.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, sei que não concorda com a minha posição, mas agradeço-lhe o seu comentário e não entrarmos aqui num debate.

Sobre essas negociações, não sou um especialista na matéria, mas daquilo que me lembro das discussões feitas e lideradas, no Ministério, pelo Secretário de Estado — eram eles que faziam as verdadeiras negociações —

, o aí meu papel era o de, às sextas-feiras, comunicar com a troica e, por exemplo, no caso da medida que me está agora a relatar, dizer: «o Ministro e o Secretário de Estado apresentam esta medida. O que é que vocês acham? Qual é a opinião da troica?». Eles analisavam aquilo que se estava a passar e, nesse caso preciso, lembro-me que disseram que achavam que a medida era robusta, que era sólida e, portanto, estavam de acordo.

Isto era um triângulo complexo porque, no fundo, tínhamos o Secretário de Estado a negociar, mas eu também tinha de informar a troica. Isso era importante, até porque, caso não acontecesse, a troica não considerava que a medida estava cumprida e Portugal não recebia o dinheiro.

Portanto, o meu interesse era o de que a medida fosse cumprida, mas não sou especialista na matéria. Imagino que o Sr. Deputado já tenha tido aí vários especialistas que lhe terão dito que sim ou que não, mas não sou a pessoa indicada para lho dizer. Só lhe posso dizer o que é que os especialistas da troica diziam: que era uma medida robusta, no caso apresentado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A sua resposta confirma o envolvimento direto, específico, dos representantes da troica em cada um desses pontos da negociação, e esse é, de facto, um elemento que também registo.

Sr. Comissário, no plano do regime e da relação institucional do Governo com os restantes órgãos de soberania, pergunto-lhe: recorda-se da razão pela qual o relatório do Ministério que envolvia o estudo da Cambridge Economic Policy Associates e de outras entidades — quer esse documento, quer outros, mas em particular esse relatório e respetivas decisões — não foi comunicado aos partidos políticos que tinham criado na Assembleia da República uma comissão parlamentar específica para as relações com a troica?

Isto é, por que razão, pelo menos após a saída do Secretário de Estado Henrique Gomes, tal relatório não foi transmitido à Assembleia da

República, em particular à Comissão de Economia, à comissão de acompanhamento do Memorando de Entendimento e da troica, aos Deputados que acompanhavam essas questões? Porque é que foi tomada essa decisão no sentido de não se facultar essa documentação?

Mais: hoje, considera que isso tenha sido correto? Na altura considerou que era correto?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, em relação à Assembleia da República, eu tinha, realmente, o cuidado... primeiro, todos os três meses ia à Assembleia da República, para a Comissão Eventual, e, na altura, tinha um contacto bastante estreito, diria eu, com o atual Ministro Vieira da Silva, com quem tinha conversas por telefone para o informar do que se estava a passar. Portanto, fui sempre respondendo às perguntas da própria Comissão, àquilo que era necessário, e houve sempre uma transparência total.

Mas, Sr. Deputado, é preciso ver que estávamos a falar de 450 medidas da troica! Informar a Assembleia a cada passo seria, eu diria, quase desnecessário e seria, também, estar a mandar informação que poderia não ter relevância.

É interessante que os assuntos que hoje nos parecem ser de grande relevância eram, na altura, apenas mais um assunto. Portanto, a própria Comissão Eventual poderia dizer que, nessa mesma semana, não enviámos algo que tinha a ver com a saúde ou com a justiça; por exemplo, houve imensas medidas da justiça, mas o que estava combinado era que todos os três meses íamos reportar ao Parlamento, e fui sempre durante todo esse tempo.

Era este, diria eu, o combinado em relação à Comissão Eventual: submeter-me a essas perguntas todos os três meses. E assim o fiz!

Sobre este ponto em particular, aquilo que lhe posso dizer é que, hoje, realmente parece que poderíamos ter enviado informação todos os dias, mas havia uma quantidade enorme de coisas que se estavam a passar! É o que lhe posso dizer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não sei se não hei de ficar mais preocupado depois de ouvir o que o Sr. Comissário acaba de dizer, porque isso pode significar que das muitas coisas que foram tratadas na altura, e que, tal como esta, os senhores não acharam que fosse importante o suficiente para chegar à Assembleia, sabe-se lá que mais surpresas nos estarão reservadas para o futuro, coisas que tenham sido decididas na altura pela vossa parte e que poderão aparecer! Cada dia pode haver uma surpresa.

Queria fazer-lhe uma pergunta relativamente à demissão do Secretário de Estado Henrique Gomes, uma matéria que, naturalmente, era sensível e que, apesar de tudo, a troica acompanhava com alguma insistência, ou pelo menos transmitia essa imagem. Isto é, que reação teve a demissão do Secretário de Estado Henrique Gomes da parte dos representantes da troica, se é que teve alguma reação?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, primeiro, em relação ao seu comentário anterior, em termos de transparência, penso que houve muito poucas unidades de trabalho no Governo como aquela que liderei. Tínhamos, no nosso *website*, todos os documentos que eram tratados com a troica...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Menos este, pelo menos!

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Mas tivemos sempre uma transparência total. Essa transparência não era feita no dia a dia, porque não podíamos fazê-la no dia a dia, mas se for olhar para aquilo que está escrito

nas análises do Memorando de Entendimento, de como é que tinham sido feitos... historicamente, acho que temos aqui material que não existe noutras áreas, muitas vezes de Governos, sejam eles quais forem.

Houve, realmente, uma transparência total.

Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas penso que estava um bocadinho a alterar as minhas palavras! Aquilo que lhe dizia era o seguinte: sabia que todos os três meses tinha que reportar à Assembleia da República, e assim o fazia, mas, no dia a dia, quando estamos a trabalhar, não podemos estar a reportar constantemente tudo o que fazemos. Mas depois, a transparência do que fizemos foi total! Até porque eu também recebia telefonemas de Deputados a perguntar: «então o que se está a passar? O que é este estudo?...», e respondíamos sempre. Respondi a todos aqueles que me telefonaram...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Comissário, peço imensa desculpa por interrompê-lo.

Já agora, pode não ter nada a ver, mas, por falar nisso, a situação que estava agora a descrever, dos contactos mais diretos, mais informais, por telefone, de um Deputado que lhe perguntava... sobre este assunto, isso não aconteceu, pois não?!

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, não, sobre este assunto não aconteceu,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Obrigado!

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — ... mas aconteceu sobre muitos outros. Acho que, em democracia, é normal que haja um contacto e esse contacto

era feito com todos aqueles, de vários partidos, que me telefonavam a pedir informações ou a perguntar aquilo que se passava.

Parece-me normal que isso seja sempre feito dessa maneira. Lembro-me que todos me telefonaram, e isso é bom para todos nós.

Agora, sobre a demissão do Secretário de Estado Henrique Gomes, a troica não fez qualquer tipo de comentário. Sabe que as instituições internacionais não têm qualquer relação emocional relativamente a um secretário de Estado, a um ministro ou a quando muda um Governo; elas comportam-se da mesma maneira e, portanto, não houve qualquer comentário da parte da troica. Apenas quiseram saber, depois, quando fosse público, quem seria a pessoa que se seguiria e como é que a política iria continuar a ser implementada naquela direção.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa se me expressei mal, mas a minha pergunta não tinha a ver com reações emocionais! Calculei que eles não tivessem ficado muito abalados, mas a questão era mesmo política, relativamente à eventual preocupação, regozijo ou seja o que for, não no plano pessoal mas, efetivamente, no que diz respeito às questões das opções políticas e do significado de uma demissão naquele momento e naquele processo.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Compreendo perfeitamente, Sr. Deputado. A resposta é, obviamente, que não houve parte emocional e, na parte técnica, a reação foi apenas de perguntar se as políticas importantes que estávamos a implementar iriam continuar a seguir no mesmo caminho. Depois, foi demonstrado que seguiram no mesmo caminho e, aliás, o novo Secretário de Estado não mudou ninguém na equipa de trabalho. Portanto, continuou tudo exatamente como estava, no mesmo caminho.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Relativamente a uma questão que, há pouco, o Sr. Comissário comentava e relatava — a certa altura, dizia: «nunca discutimos, na altura, se havia, ou não, rendas excessivas. A nossa abordagem era no sentido de cortar rendas excessivas, não estávamos a discutir se elas existiam ou não» —, queria perguntar-lhe se essa postura era partilhada por si quanto à substância e não apenas por alinhamento com o Governo. Ou seja, pergunto se o Sr. Comissário, na altura membro do Governo, sempre considerou, desde o início, que, de facto, existiam rendas excessivas.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, como lhe disse, não sou um especialista, mas, na altura, tínhamos recebido do Secretário de Estado da Energia, o Eng.º Henrique Gomes, um relatório — penso que foi logo nessas alturas, em setembro — que já definia o que era o défice tarifário, o que era a parte das rendas excessivas e que já falava em quase 4000 milhões de euros. Obviamente que, para mim, isso era um sinal de alerta.

Acredito que o que foi apresentado na altura, com o Ministro e com o Secretário de Estado, eram, realmente, cálculos fidedignos e, portanto, havia algo que se estava a passar! Acho que isso era óbvio no aumento do défice tarifário, todos os anos.

Chamemos-lhe o que quisermos! Ou seja, se o termo é rendas excessivas, se são sobrecustos, se é défice tarifário... tudo isso existia e era uma preocupação! Era uma preocupação para a competitividade das empresas e era uma bola de neve que realmente se estava a formar, aquele *deficit* que ia aumentando todos os anos.

Pessoalmente, também tinha essa grande preocupação, porque pensava como é que isto iria afetar, ou não, a competitividade das empresas.

Agora, quando olhamos para aquilo que fizemos durante o Governo, realmente, limpámos uma grande parte dessa bola de neve e é isso que permite que, hoje, estejamos noutra situação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tenho duas últimas questões, que coloco rapidamente.

A penúltima questão tem ainda a ver com esse processo, com esse momento. Queria ouvir um esclarecimento da sua parte relativamente a uma frase bastante contundente que o Dr. Eduardo Catroga proferiu aqui, na Comissão de Inquérito, em relação a esta medida do Memorando, a esta questão do corte das rendas excessivas. Abordando aquele documento de uma forma generalizada, não focando apenas esta medida das rendas excessivas mas falando do documento no seu todo, o Dr. Eduardo Catroga disse aqui na Comissão de Inquérito que esse memorando não era nenhuma Bíblia e, portanto, a forma como as medidas eram aplicadas ou não, ou as opções que eram levadas na governação, a ter em conta esse memorando, não era uma questão que fosse tratada assim.

Nessa como noutras matérias, eu gostava de lhe pedir o seu comentário sobre essa frase do Dr. Catroga.

O Sr. Dr. **Carlos Moedas**: — Em relação à parte religiosa sobre se era uma Bíblia ou não faço comentários devido ao meu laicismo.

Aquilo que fazíamos era, realmente, discutir com a troica e essas discussões eram muito duras mas, quando uma medida se transformava naquilo a que chamávamos um *benchmark* estrutural, essa medida passava a ser importantíssima e passava, de certa forma, a ser uma medida que se não cumpríssemos não recebíamos o dinheiro.

Portanto, eu não sei se o memorando era ou não uma Bíblia, mas direi que era uma Bíblia evolutiva, se quiser, porque nós discutíamos e íamos

conseguindo, de certa forma, e muitas vezes, convencer a troica para um lado ou para outro, quando podíamos, outras vezes não conseguíamos, mas a troica, especialmente neste tema da energia, a partir do mês de setembro ou outubro também se tornou muito dura porque tínhamos de fazer aqui alguma coisa, mas, por outro lado, dentro da troica também havia outra parte das pessoas que eram os que estavam na parte mais financeira, das privatizações, que diziam: «sim senhor, façam, mas têm de fazer isto de uma maneira que não afete a privatização».

Portanto, eram essas as discussões que existiam, mas o memorando é, realmente, um documento que foi evolutivo mas que nas grandes bases, ou seja, por exemplo, que havia sobrecustos na energia estava lá no memorando negociado pelo Governo do Eng.º José Sócrates, que tínhamos de privatizar a EDP, estava lá no memorando inicial.

Portanto, tudo isso já vinha no memorando inicial e, depois, poderia evoluir para um sentido ou para outro, mas era um documento importantíssimo e foi o documento que nos permitiu realmente sobreviver durante a crise.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Comissário, para terminar, agradeço a tolerância em termos de tempo e peço alguma latitude relativamente à próxima questão, mais fora daquele processo e daquele momento, mas que tem a ver com estas questões de política energética e, neste caso, até com a sua função atual como Comissário.

A Comissão Europeia, de que o senhor faz parte, levantou, recentemente, algumas barreiras a investimentos de capitais chineses em empresas estratégicas de Estados-Membros da União Europeia – aliás, replicando o que países como a Alemanha decidiram e fizeram – e isto compara com aquela ideia de total liberalização de capitais, inscrita na OMC apoiada pela União Europeia, e também compara com imposição pela troica

em 2011 e 2012 para se acabar com a *golden share* na EDP e fazer a última fase da privatização, entregando a EDP ao capital do estado chinês.

Pergunto-lhe: qual é a sua posição e, neste caso, a posição da União Europeia, pois o senhor é Comissário, relativamente à OPA que chegou a ser lançada recentemente sobre a EDP?

Termino, agradecendo mais uma vez a sua disponibilidade e cumprimentando-o.

O Sr. Dr. **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, repare, primeiro, a decisão das privatizações vem do Governo do Eng.º José Sócrates.

Portanto, há uma decisão que está tomada no memorando e o próprio valor da ajuda externa, que era de 80 000 milhões de euros, era um valor que só funcionava se recebêssemos mais alguma coisa do lado das privatizações e, por isso, elas eram muito importantes para conseguir ultrapassar a crise, elas eram uma necessidade.

O ponto que hoje se está a fazer na Europa e que é um ponto muito importante para o nosso futuro é olhar e dizer assim: realmente a globalização nós não a podemos travar, mas podemos ter uma globalização mais justa, sobretudo se houver reciprocidade.

Assim, aquilo que eu penso como político é que as empresas chinesas podem comprar empresas europeias mas as empresas europeias também pode comprar empresas chinesas. Nós temos de ter um regime de reciprocidade e esse é um tema muito importante hoje a nível europeu e, portanto, vamos pensar nele para o futuro, mas, na altura, em relação ao nosso caso, não se punha, sequer, essa questão, porque era uma questão de necessidade, de restrição financeira e nós tínhamos de conseguir atuar e ir para a frente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com o PSD, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado António Topa.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Carlos Moedas, os cumprimentos do Grupo Parlamentar do PSD.

Gostaria de colocar algumas questões que, eventualmente, num ou noutro aspeto, até já poderão ter sido colocadas, mas as questões que se levantam são muito situadas em determinados momentos, essencialmente no processo de negociação com a troica e as ligações à troica.

Assim, gostaria de colocar-lhe as seguintes questões: antes de integrar o Governo o senhor foi, juntamente com o Prof. Eduardo Catroga, um dos representantes do PSD nos encontros com a delegação da troica no âmbito da negociação do programa de ajustamento económico e financeiro.

Questionado nesta Comissão de Inquérito sobre os contributos que o grupo de trabalho do PSD terá tido nas negociações com a troica, no que às medidas sobre o setor elétrico diz respeito, o Prof. Eduardo Catroga respondeu e passo a citar: «Essa sua pergunta parte de um equívoco, de um pressuposto que não existe. O PSD não participou em qualquer negociação com a troica».

E mais afirma: «Não era participar no processo de negociações, era tentar acompanhar, o que é diferente. É evidente que a troica só negociava com o Governo legítimo do País, não negociava com quaisquer partidos da oposição.

Portanto, no fundo, não consegui levar a cabo essa missão. Limitei-me a mandar cartas, com conhecimento para a troica, que escrevi ao ministro Silva Pereira, que tinha sido um ministro do Governo de Sócrates e que estava encarregado de nos dar essas informações.»

A questão que lhe quero pôr é a seguinte: concorda com o Prof. Eduardo Catroga que o conteúdo do Memorando de Entendimento com a

troica é da exclusiva responsabilidade do Governo de então, liderado pelo Partido Socialista?

O Sr. Dr. **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, muito obrigado pela pergunta.

Concordo absolutamente que a responsabilidade desse memorando inicial era exclusivamente do Governo da altura do Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates.

Eu estive presente numa reunião com a troica que veio à sede do PSD, eles entraram, de certa forma, mudos e saíram calados e o Dr. Catroga explicou determinados pontos e falou, mas nós tivemos nitidamente a sensação que eles só tiveram ali porque tinham de estar – disso lembro-me perfeitamente. Depois, o Dr. Catroga enviou cartas ao então Ministro Silva Pereira, mas nada disso era refletido no memorando; aquilo que a troica queria saber era, se houvesse uma mudança de Governo, se nos comprometíamos a continuar um caminho de reformas, mas não houve qualquer influência.

Por isso, em relação à sua pergunta: sim, a exclusiva responsabilidade da negociação do Memorando de Entendimento inicial foi do Governo de então, que era do Eng.º José Sócrates.

O Sr. **António Topa** (PSD): — No decorrer da sua audição o Ministro Vieira da Silva, ex-Ministro da Economia, referiu aqui que entendia que o Estado não devia ter saído do capital da REN, mas que a situação financeira do País obrigou a inscrever o compromisso de privatizar a totalidade da EDP e da REN no PEC IV e, posteriormente, no Memorando de Entendimento com a troica.

Na medida 3.31 pode ler-se: «O Governo acelerará o programa de privatizações. O plano existente para o período que decorre até 2013 abrange

transportes (Aeroportos de Portugal, TAP, e a CP Carga), energia (GALP, EDP, e REN), comunicações (Correios de Portugal) (...)).»

E mais: «O Governo compromete-se a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade das ações na EDP e na REN e tem a expectativa que as condições do mercado venham a permitir a venda destas duas empresas, bem como da TAP, até ao final de 2011.»

Sr. Doutor quando chegou ao Governo como classificaria a situação do Estado?

O Sr. Dr. **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, penso que o Eng.º Henrique Gomes na sua audição falou de uma reunião em que, a dada altura, a então Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque saiu da reunião e depois entrou lívida... Eu acho que nós ficámos lívidos durante o mês de junho, porque nos demos conta – embora já tivéssemos a noção da gravidade extrema – que a situação ultrapassava tudo aquilo que nós podíamos imaginar.

Portanto, é bom, hoje, quando se analisam estas questões, vê-las à luz daquela que era a crise que estávamos a viver no momento a pensar, no dia a dia, se tínhamos dinheiro para conseguir pagar aos funcionários públicos, para conseguir pagar as reformas e as pensões e isso era de uma angústia como eu nunca tinha vivido na vida.

Assim, em relação à sua pergunta, eu acho que ultrapassou para pior todas as expectativas e todos os cálculos matemáticos que podíamos ter feito.

O Sr. Dr. **António Topa** (PSD): — Existia no Governo o entendimento de que a concretização das privatizações da EDP e da REN permitiria ao Estado um encaixe significativo e como tal deveriam as privatizações ser encaradas como uma prioridade absoluta, ou a urgência em

proceder à privatização de todas as empresas do setor elétrico era uma imposição no memorando de entendimento?

O Sr. Dr. **Carlos Moedas**: — Era uma imposição e era, de certa forma, uma prova da credibilidade do País, porque nos estávamos a ser comparados com a Grécia e nós não queríamos ser comparados com a Grécia onde tudo estava a correr mal!

Portanto, conseguir aquela primeira privatização de uma maneira clara sem criar incerteza jurídica, sem criar incertezas em relação aos investidores, era muito importante e crucial para o futuro.

Assim, nós lançámos o processo e fizemo-lo com a consciência de que tínhamos de fazê-lo e que tinha de correr bem.

Portanto, foi, sem dúvida, uma exigência mas foi, para mim, um pilar fundamental para a credibilidade e para o resto da concretização do programa. Eu tenho muitas dúvidas que se não tivéssemos feito bem esta privatização tivéssemos conseguido acabar bem.

O Sr. **António Topa** (PSD): — No Memorando de Entendimento existem algumas medidas relativas ao setor elétrico para além das privatizações, nomeadamente as medidas 5.6 a 5.15.

Na audição do Dr. Artur Trindade, antigo Secretário de Estado foi referido por este que a troica estava em contínua mudança, muitas vezes cheia de ambiguidades e de confrontações, umas vezes, por um lado, queria implementar cortes e avançar com a liberalização do setor e, por outro lado, queria estabilidade regulatória com o objetivo de maximizar o encaixe das operações de privatização.

Como comenta este aparente conflito de interesses da troica?

O Sr. Dr. **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, é verdade e talvez seja difícil de explicar, porque a troica eram muitas troicas, digamos assim, estávamos a falar de 60 a 70 pessoas que vinham todos os três meses com quem nós estávamos em contacto durante todo aquele tempo e, até pelo contexto, acho que é interessante para os Srs. Deputados verem que todos eles, que eram do FMI, da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu, muitas vezes, tinham as suas próprias agendas que não iam todas no mesmo sentido, apesar de eles tentarem ter uma posição comum.

É natural que possa ter havido aqui algumas inconsistências que nós com o tempo fomos trabalhando com a troica para as tornar, diria, menos conflituantes, e isso é totalmente verdade.

Penso que há na troica uma ideia muito clara que tínhamos de fazer alguma coisa em relação às rendas excessivas – isso era claro –, mas ao mesmo tempo havia uma ideia, ainda mais clara, que a prioridade era que as privatizações comesçassem a correr bem e, no fundo, quando voltamos ao primeiro tema, que era o da contribuição especial do Eng.º Henrique Gomes, o problema era que nós já estávamos a meio do caminho, ou seja, se essa contribuição especial tivesse sido feita um ano antes, tudo bem, podíamos, então, depois, fazer a privatização e dizer: «Houve uma contribuição especial há um ano. Este é o valor da empresa...» Mas fazê-lo, durante a privatização, iria completamente queimar a nossa credibilidade como País e, por isso, as discussões foram bastante tensas e é normal que o tenham sido.

Da mesma forma, é normal que, dentro do próprio Governo, tenhamos posições diferentes, mas depois toda a gente se alinhe sobre aquilo que é a decisão do Governo. Mas, sim, a troica tinha várias troicas.

O Sr. **António Topa** (PSD): — O Eng.º Henrique Gomes, ouvido nesta Comissão, assumiu a paternidade do conceito de «rendas excessivas»

no setor da eletricidade, nomeadamente na sequência de uma entrevista que terá dado em novembro de 2011.

Na carta de intenções do Governo português dirigida à troica, de 9 de dezembro de 2011, o Governo mencionou a existência de rendas excessivas no setor da energia. O Eng.º Henrique Gomes negou categoricamente a sua colaboração na redação desta carta.

Por mando de quem foi esta menção introduzida na referida carta de intenções?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, penso que está a referir-se às cartas que escrevíamos no fim de cada avaliação.

Em primeiro lugar, a noção de que havia algo de excessivo já está no memorando inicial. No tal memorando inicial do Governo anterior já se fala em «custos adicionais».

Depois, há o termo «rendas excessivas» e se o Eng.º Henrique Gomes, de certa forma, é o pai desse termo, para mim, está muito bem. Não sei dizer-lhe, realmente, a primeira vez que ouvi o termo, mas, nitidamente, aparece na segunda avaliação como uma medida que tínhamos de cumprir. Se não fosse cumprida, não recebíamos o dinheiro.

Realmente, é bom recordar que o único Governo que fez alguma coisa foi, na altura, o nosso Governo. O que fizemos representa, hoje, o maior corte alguma vez feito em termos de rendas excessivas ou, chamemos-lhe, de «sobrecustos». Fomos nós que conseguimos, primeiro, através da negociação, depois, através de uma contribuição especial — com dois Ministros, Álvaro Santos Pereira e Jorge Moreira da Silva — chegar a bom porto e fazer algo que penso que ficará historicamente como um momento importante. Isso vê-se na curva, na curva do défice tarifário, vê-se quem fez essa baixa. É importante que fique este registo histórico.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Engenheiro, passados nove meses da sua entrada para o Governo, o Eng.º Henrique Gomes demitiu-se.

De acordo com o que pudemos apurar, nas audições anteriores, a demissão poderá ter sido motivada pela frustração de não ter conseguido atingir os resultados a que se propôs, nomeadamente no que se refere à criação de uma contribuição semelhante ao que veio a ser a CESE. Posteriormente, terá retirado o pedido de demissão, mas a verdade é que acabou mesmo por sair do Governo.

Num artigo do jornal *Observador* de junho de 2007, são citadas algumas declarações suas, no âmbito do processo do chamado «caso EDP». Uma das declarações que foi citada, no contexto da rejeição pelo Ministro Vítor Gaspar do mecanismo da CESE por si proposto, foi a de que o Sr. Ministro lhe teria afirmado que se o argumento era político, então o processo de privatização da EDP estava em primeiro lugar.

A questão que lhe coloco é a seguinte: poderia explicar-nos, com o máximo detalhe possível, por favor, se decorreu o que nós podemos chamar de «conflito de interesses» entre a privatização da EDP e o corte nas rendas excessivas.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, não houve nenhuma contradição. O Governo queria cortar as rendas excessivas e era importante cortá-las, mas era também muito importante privatizar. Portanto, era importante fazer as duas coisas, mas não se podia começar por fazer o corte das rendas excessivas através de uma contribuição especial, porque isso era uma medida unilateral que iria afetar todo o processo de privatização. Por isso, as discussões...

Lembro-me que, quando o Ministro Álvaro Santos Pereira veio e disse: «Temos aqui um problema, vamos ter de fazer um corte nestas rendas excessivas ou nestes sobrecustos e estamos a pensar na contribuição

especial», o Ministro Vítor Gaspar disse: «Olhe, tenho muita pena, mas vocês vão ter de arranjar outra maneira de fazer isto, porque isto vai criar um problema gravíssimo que vai ter um efeito no programa todo».

Ele, Vítor Gaspar, poderá depois, obviamente, falar melhor do que eu sobre isso, mas não tinha nada contra o corte das rendas excessivas, não queria é que isso fosse feito de uma maneira unilateral. Por essa razão, pede ao Ministro Álvaro Santos Pereira para arranjar uma solução equivalente, que foi encontrada, conseguindo fazer um corte equivalente exatamente a 2,1 mil milhões de euros, mas de uma maneira negociada, com várias outras medidas.

Claro que isto dava muito mais trabalho e nós, no mês de dezembro, não tivemos Natal, porque tínhamos de conseguir montar e ajudar a montar — Ministro e Secretário de Estado — tudo aquilo para estar pronto logo em janeiro.

Acho que é importante dizer que houve uma discussão entre o Ministro Vítor Gaspar e o Ministro Álvaro Santos Pereira, mas, depois, ambos concordaram — e o próprio Secretário de Estado também concordou — que tínhamos de ir por aquele caminho. Acho que houve uma resistência, primeiro, mas, depois, chegou-se a um acordo com o qual o próprio Secretário de Estado Henrique Gomes, na altura, também concordou.

No fundo, estávamos a falar de tática, ou seja, como é que fazemos: cortamos as rendas de forma unilateralmente ou negociamos? Isto é mais uma questão de tática do que de conteúdo, mas todos concordávamos com isso.

O Sr. **António Topa** (PSD): — A verdade é que, depois da saída do Eng.º Henrique Gomes do Governo, já com o processo de privatização da EDP concluído, como refere o ex-Ministro Álvaro Santos Pereira, o Governo

considerou fazer cortes nas rendas da energia num valor superior a 3,5 mil milhões de euros, de acordo com a informação aceite pela troica.

Para que conste até em possíveis relatórios, é verdade que, até à sétima avaliação, numa primeira tranche, o Governo português propôs cortes — que foram efetuados ao longo dos anos e continuam a ser efetuados — de 280 milhões de euros, ligados essencialmente à cogeração, às eólicas, às mini-hídricas, aos CMEC e à garantia de potência.

Durante a 8.^a e 9.^a avaliações, já com o Ministro Moreira da Silva, foi feito um novo corte de 1312 milhões de euros, essencialmente ligado às eliminações das distorções do mercado, à revisão da remuneração dos terrenos hídricos, à correção da distorção dos mercados, à contribuição das centrais de carvão para o sistema elétrico nacional e aos incentivos na harmonização relativas às regiões autónomas.

Tudo isto totalizou os tais 1312 milhões de euros, nestas duas tranches, num total de 3392 milhões de euros. Se somarmos a isto a revisão dos contratos de *take or pay* do gás e a contribuição extraordinária de 150 milhões de euros e os contratos *take or pay* de 400 milhões de euros, que totalizam mais de 650 milhões de euros, temos um valor de cerca de 4000 milhões de euros.

Sr. Comissário, confirma estes valores? Qual foi a apreciação da troica relativamente a estes valores?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — É verdade que o que é interessante analisar nesta história e no filme de toda esta época é a primeira ideia do Secretário de Estado Henrique Gomes, isto é, fazer uma contribuição especial, que acabou por ser feita.

O Ministro Jorge Moreira da Silva, já depois de tudo aquilo que tinha sido feito pelo Ministro Álvaro Santos Pereira, quando nos damos conta de que a situação ainda tinha de ser resolvida de uma maneira mais profunda e

que os 2,1 mil milhões não chegavam, consegue fazer aquilo que o Secretário de Estado Henrique Gomes gostaria de ter feito. Penso que nisso justiça lhe foi feita! O Secretário de Estado Henrique Gomes acabou por ver, no futuro, aquilo que queria ter sido ele a fazer. Acho que, para ele, isto deve ser um motivo de orgulho.

Sr. Deputado, em relação aos números, estamos a falar aqui de um número do qual me lembro, mas, obviamente, o Ministro Jorge Moreira da Silva poderá informá-lo com mais detalhe. Na primeira fase, a do Ministro Álvaro Santos Pereira, foram 2,1 mil milhões e, depois, o total daquilo que o Ministro Jorge Moreira da Silva fez foi de 1,5 mil milhões. Portanto, temos um corte total de 3,6 mil milhões de euros no Governo a que pertenci, o que só me pode deixar muito orgulhoso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já esgotou o tempo, mas tenho indicação de que tem mais uma questão e de que, assim, não haverá segunda ronda. Por esta razão, dou-lhe a palavra para continuar.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Comissário, depois destes cortes o que aconteceu foi que a dívida tarifária começou a baixar muito, e continua a baixar, com uma previsão de, eventualmente, atingir o valor zero em 2022.

A questão que claramente lhe ponho é a seguinte: à partida, estes foram os cortes fundamentais para a redução da dívida tarifária, para a existência, a partir de 2016, de *superavit* tarifário e para que, em 2022, eventualmente, a dívida tarifária seja nula?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, a minha resposta é simples: estes foram os maiores cortes alguma vez feitos. Não tenho a capacidade técnica para lhe dizer se são mais ou menos do que os

necessários, mas foram os maiores que alguma vez um Governo fez. Nunca anteriormente se tinha feito este corte!

Estamos a falar de um corte de 3,6 mil milhões de euros, não é que seja muito superior, mas nunca tinha sido feito. O efeito que as pessoas poderiam ver no aumento potencial de preços é muito menor do que aquilo que seria se não o tivéssemos feito e isso é uma ajuda extraordinária à economia portuguesa. Nesse sentido, acho que não há comparação com ninguém ou com outros governos anteriores que o tenham feito.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Engenheiro e um bom dia para si.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado e Sr. Engenheiro.

Vamos, agora, prosseguir com o Partido Socialista. Dou a palavra, para o efeito, ao Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Engenheiro e dizer-lhe que é com muito gosto que o temos aqui para esclarecer algumas questões sobre esta Comissão de Inquérito. Obviamente, preferíamos uma audição presencial, mas a tecnologia permite-nos ouvi-lo, ainda assim.

Uma primeira questão, que tem vindo a ser colocada nesta Comissão e que lhe dá o próprio nome, é a seguinte: na sua opinião, existem ou não rendas excessivas?

O Sr. Engenheiro foi Secretário de Estado de um Governo em que estiveram pessoas como, por exemplo, o Eng.º Henrique Gomes, que disse claramente que havia rendas excessivas, ou o Dr. Artur Trindade, que coloca mais a questão nos sobrecustos.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado Hugo Costa, muito obrigada pela sua pergunta.

Enquanto Comissário da inovação e da tecnologia, também é para mim uma experiência extraordinária estarmos a falar, como se eu estivesse aí presencialmente, através da tecnologia.

Em relação às rendas excessivas, o ponto que faço é que podemos chamar «sobrecustos», podemos chamar «rendas excessivas», podemos chamar aquilo que quisermos, mas existia um problema grave de acumulação de dívida. Esse problema é claríssimo naquilo que é o chamado «défice tarifário», ou seja, houve uma acumulação, durante anos e anos, de uma dívida que, de certa forma, estava escondida.

Quando chegámos ao Governo e falámos da dívida pública, acho que a esta também lhe deveríamos somar aquela que era a dívida energética — de «sobrecustos» ou «rendas excessivas», podemos chamar-lhes o que quisermos — e que era um problema grave que tínhamos à nossa frente. Era esse problema que tínhamos de resolver. A questão é mais este efeito «bola de neve».

Como lhe disse, não sou um especialista na matéria, mas quando um Secretário de Estado da qualidade do Eng.º Henrique Gomes e quando um Ministro com a qualidade do Ministro Álvaro Santos Pereira nos apresentaram, na altura, um relatório que falava em 3,9 mil milhões de rendas excessivas ou de sobrecustos, ficámos muito preocupados.

Tecnicamente não sei muito bem o que lhe chamar, mas que é problemático é e que tem um efeito muito mau na economia e nos consumidores também é verdade e, portanto, era um problema que tinha de ser resolvido.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Antes de falarmos da questão do Eng.º Henrique Gomes e do Professor Álvaro Santos Pereira, ainda sobre a dívida

tarifária gostaria que comentasse os seguintes dados: em 2012, a dívida tarifária era de 2,8 mil milhões de euros; em 2015, eram 5000 milhões de euros; e, hoje, são 3,2 mil milhões de euros. Gostaria que comentasse estes dados.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, na altura, quando trabalhámos os dados — tenho algumas notas sobre os dados... Aliás, quando saí do Governo, tive o gosto de deixar um pequeno documento a que chamámos «Os mil dias e quatrocentas e cinquenta medidas cumpridas», em que deixamos um gráfico com uma curva que mostra a evolução desse *deficit* tarifário.

Se o Sr. Deputado tiver a gentileza... Vamos fazer aqui uma experiência tecnológica. Vou partilhar o meu *écran* e mostrar aquilo que, na altura, fizemos.

Imagino que os Srs. Deputados já estejam a ver o *écran* do meu computador e eu vou mostrar-vos a curva, que, na altura, que foi feita, em que mostramos a evolução desse *deficit* tarifário que está na página 104 deste documento. Aproveito para fazer uma operação para vos mostrar o gráfico com melhor imagem.

Pausa.

Peço desculpa por demorar um pouco, peço-vos um bocadinho de paciência para vos mostrar a imagem, mas vale a pena ver o que era o *défice* tarifário na altura.

*Neste momento, o orador exibiu o gráfico relativo ao *défice* tarifário.*

Portanto, a dívida tarifária no ano de 2010 era à volta de 2000 milhões. Não sei se os Srs. Deputados estão a ver o gráfico relativo ao défice do sistema elétrico e vê-se que, em 2010, era à volta dos 2000 milhões, depois sobe de 2012 até 2015 e depois tem os efeitos do primeiro pacote das medidas aprovadas na sétima avaliação, que são os 2,1 mil milhões, e depois o segundo pacote, que foi aprovado em 2013. Nós tentámos deixar documentado... Obviamente, não sou um especialista na matéria, mas gostava de vos deixar o documento como informação, e tenho gosto em fazê-lo. Este documento está livre e pode ser visto na *internet*.

Deixamos aqui aquilo que era o desenho desse défice tarifário que estava a perguntar-me.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Obrigado, Sr. Engenheiro. Nós já conhecíamos este número. São os mesmos números que apresentei sobre a evolução do défice tarifário que, na verdade, eram cerca de 5000 milhões de euros em 2015 e hoje são 3,2 ou 3,3 mil milhões de euros.

Outra questão: quer o Sr. Eng.º Henrique Gomes, quer o Professor Álvaro Santos Pereira referiram, nesta Comissão, que a não aplicação da CESE foi tomado depois de reunir com o Sr. Professor Vítor Gaspar e com o Sr. Engenheiro e por vossa imposição. O que esteve em causa? Tratou-se de uma opção política? Foi uma opção com o objetivo de tornar o ativo EDP mais atrativo para a privatização, na lógica — também aqui já muito citada — de engordar o ativo? Qual foi o objetivo?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, repare: quando, em setembro, o problema chega e a própria troica e o Governo dizem: «Nós vamos ter de fazer alguma coisa sobre as rendas excessivas» e o Eng.º Henrique Gomes diz: «Então, vamos fazer a contribuição especial», nessa altura, já as discussões sobre o processo de privatização estavam muito

avanzadas. Ou seja, aqueles que eram os documentos da venda da EDP já estavam completamente montados com um determinado valor da empresa.

Aquilo que não fazia sentido era dizer assim: «Espera aí. Então, agora, que estamos a apresentar aos investidores a empresa com um determinado valor, vamos mudar as regras a meio do jogo, pôr uma contribuição especial e diminuir o valor da empresa?» Nós íamos ser ridículos, porque, no fundo, estávamos a ‘vender gato por lebre’». É, então, nessa altura que, numa reunião com o Ministro Álvaro Santos Pereira, o Ministro Vítor Gaspar diz: «Nós queremos ajudar, nós queremos fazer, mas temos de fazer isto de uma maneira que não prejudique a privatização». O Ministro Álvaro Santos Pereira esgrimiou argumentos, falou com ele, percebeu a situação e ficou resolvido. Ou seja, o próprio Ministro Álvaro Santos Pereira disse-me, na altura: «Olha, Carlos, não vamos conseguir fazer agora como queremos, vamos fazer de outra maneira. Vou tentar fazer exatamente o mesmo montante equivalente e depois, no futuro, veremos o que faremos».

Portanto, não houve nenhuma ordem... Aliás, o Ministro Vítor Gaspar não dava ordens ao Ministro Álvaro Santos Pereira. Houve uma discussão bastante intensa e, depois, chegou-se a uma conclusão, que o próprio Ministro aceitou.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, peço desculpa, mas foi claro quer da audição do Eng.º Henrique Gomes, quer na audição do Professor Álvaro Santos Pereira que foi por opção do Professor Vítor Gaspar, numa reunião em que o Eng.º Carlos Moedas também esteve presente, que a CESE não foi aplicada.

Atendendo ao que me disse, não foi aplicada para não mudar as regras do jogo e também não mudar a estabilidade e os acordos existente. É isso?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Para não mudar as regras do jogo a meio do jogo. Ou seja, nós podíamos ter mudado as regras do jogo, imagine, um ano antes ou, então, fazê-lo depois, mas não a meio do jogo. Isso era muito importante.

Penso que o Ministro Vítor Gaspar expõe os seus argumentos nessa reunião, o Ministro Álvaro Santos Pereira também, têm uma discussão bastante tensa, é verdade... Aí já não consigo fazer a leitura e tender para um lado ou para o outro, tem de lhes perguntar, eles saberão melhor. A leitura que eu fiz daquela reunião foi a de que o Ministro Álvaro Santos Pereira disse: «Ok. Então, vamos por este caminho. Percebo o ponto do Ministro Vítor Gaspar, aceito esse ponto. Aceito que tenho de ir por este caminho e vamos encontrar um caminho». E foi extremamente pró-ativo, porque horas depois já estávamos a ver com ele como é que podíamos fazer de uma maneira diferente. Mas, obviamente, ao princípio eles não concordavam.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Mas o Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira, na altura, chegou a dar o *ok* a essa proposta do Professor Vítor Gaspar?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — O Ministro Álvaro Santos Pereira, depois, concordou. Aliás, penso que ele disse, na audição, que tinha concordado. Podia não estar totalmente de acordo, mas concordou que era aquilo que tinha de se fazer e, a partir daí, a coisa seguiu sempre bem. Eu não penso que tenha ficado algum problema entre eles. O Ministro Álvaro Santos Pereira acabou por concordar, depois da discussão, e depois tomou-se uma decisão, que é do Governo. É assim que funciona. Às vezes, nos Governos, há pessoas que não estão de acordo, há uma discussão e depois toma-se uma decisão e vai-se para a frente. O Ministro Álvaro Santos Pereira fez isso com muita dignidade e fê-lo muito bem, porque conseguiu não só, primeiro, fazer uma medida exatamente do mesmo montante do da

contribuição especial, mas também deixou para o futuro, para o Ministro Jorge Moreira da Silva a possibilidade de fazer aquilo que tinha pensado fazer antes. Eu acho que ele ganhou nos dois tabuleiros.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, tenho de lhe colocar uma questão: a CESE não foi aplicada para não alterar as expetativas existentes. E os salários puderam ser cortados, cortando as expetativas existentes dos portugueses?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, penso que, no contexto em que vivíamos, a decisão era, de certa forma, clara. É que os 80 000 milhões ou quase 80 000 milhões do pacote não chegavam e nós tínhamos de ter o dinheiro da privatização para poder pagar os salários.

Portanto, não era uma questão de cortar salários. Se não se fizessem aquelas privatizações, não teríamos o dinheiro suficiente para fazer a gestão das finanças públicas. A situação era muito mais grave, Sr. Deputado. Não era uma questão de dizer: «Não, não. Eu faço isto ou faço aquilo». Não, ele precisava daquele valor. A restrição financeira era de tal ordem quando chegámos... É que, de repente, estamos em julho e damos-nos conta de que só aquele valor — e, obviamente, não era algo para se falar em público... Precisávamos das privatizações para conseguir ir fechando o fim do mês.

Portanto, a sua pergunta é binária, mas, naquela altura, não funcionava. Nós precisávamos, primeiro, das privatizações para ter um programa de sucesso para poder, depois, conseguir voltar a uma situação de normalidade, o que aconteceu depois com os anos. Portugal está, hoje, numa situação muito melhor, porque se conseguiu, naquela altura, fazer e cumprir aquele que era o Memorando.

Se me perguntar se gostei de passar por aquela fase e pessoalmente, direi que não, ninguém gosta de passar por uma fase tão difícil na

governança, mas foi o resultado disso que permitiu continuar a pagar os salários e as pensões aos portugueses.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, já percebemos a sua explicação, mas, voltando ao Eng.º Henrique Gomes, segundo o próprio, a não aplicação da CESE foi a censura e a proibição de falar em rendas excessivas que levou à sua demissão.

Atendendo à sua proximidade com o Sr. Primeiro-Ministro da altura, Dr. Pedro Passos Coelho, pergunto se conhecia essa proibição e essa censura ao Secretário de Estado sobre a utilização do termo «rendas excessivas».

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Como expliquei, a nossa relação era, sobretudo, com o Ministro Álvaro Santos Pereira. Os intercâmbios, muitos deles, eram feitos através do Gabinete do Ministro e depois esse Gabinete é que discutia com o Secretário de Estado. Obviamente, eu sabia da tensão, sabia que o Secretário de Estado não estava contente. Mas eu não conhecia nem tinha de saber. Essa era uma relação ente eles. Eu soube porque ouvi e li na imprensa notícias sobre essa proibição de dizer ou não o termo «rendas excessivas». Sobre isso, já não sei, terá de perguntar... Talvez o Ministro Álvaro Santos Pereira já tenha falado nisso, não sei. Do meu lado, aquilo que eu sabia era que havia, na altura, uma grande tensão. Essa tensão era visível, obviamente, mas não sei o que combinaram entre eles.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O Sr. Eng.º Henrique Gomes, nesta Comissão, disse que tinha sido proibido de falar, numa conferência do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), sobre o tema «rendas excessivas» e que foi o ponto final enquanto Secretário de Estado e o próprio Professor Álvaro Santos Pereira confirmou essa versão, que o tinha proibido de falar na Comissão de Inquérito...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa de interromper, mas pergunto ao Sr. Comissário Carlos Moedas se nos estava a ouvir.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Houve um momento em que não consegui ouvir. Mas agora já oiço.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nesse caso, seria bom que o Sr. Deputado repetisse a pergunta.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Obrigado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, não era uma pergunta, eu tinha começado por fazer um comentário dizendo que quer o Professor Álvaro Santos Pereira, quer o Eng.º Henrique Gomes confirmaram que existia uma proibição de falar do tema «rendas excessivas», sendo o ponto final num seminário do ISEG em que o Eng.º Henrique Gomes ia usar o termo «rendas excessivas» e o Ministro da altura o proibiu de o utilizar.

Pelo que percebo, o Sr. Engenheiro não conhecia esse assunto. Correto?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, sim, eu não sabia o que é que conversavam entre eles. Naquela altura, estava mais focalizado em conseguir encontrar soluções para apresentar à troica. Isto porque eu sabia que se não encontrássemos as soluções para fazer os cortes naquilo que podíamos chamar o que quiséssemos, mas tínhamos de as ter, o dinheiro não chegava a Portugal. Era essa a minha focalização, na altura. Não me lembro de o Ministro ou de o Primeiro-Ministro me terem referido essa história, se tinham proibido ou não. Penso que o Ministro Álvaro Santos Pereira poderá

responder a essa questão de uma maneira diferente. Eu não me lembro. Eu não me lembro realmente de ter ouvido isso.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O Ministro Álvaro Santos Pereira confirmou.

Continuando com o Ministro Álvaro Santos Pereira, o ex-Primeiro-Ministro Dr. Pedro Passos Coelho catalogou o trabalho do Professor Álvaro Santos Pereira como notável no combate aos *lobbies*, no combate a estes assuntos. Pergunto-lhe, muito sinceramente, atendendo à sua proximidade com o ex-Primeiro-Ministro Dr. Pedro Passos Coelho, o seguinte: se o trabalho dele foi tão notável, porque é que saiu do Governo?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, não vou fazer qualquer comentário sobre a história do que se passou na altura em que houve a remodelação.

Sei que o Sr. Primeiro-Ministro apreciou sempre, desde o primeiro ao último dia, o excelente trabalho do Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira. Obviamente que a política e a governação é feita de remodelações, de mudanças, em todos os governos, como também acontece neste Governo, o que é uma responsabilidade do Primeiro-Ministro. Mas o Primeiro-Ministro sempre apreciou, e eu sempre o soube, o trabalho do Ministro Álvaro Santos Pereira.

De certa forma, quando pensamos no Primeiro-Ministro Passos Coelho, pensamos também numa pessoa que tinha esses princípios, os princípios da luta contra os *lobbies* e contra os interesses instalados, e depois vimos, não só no setor energético mas também no setor bancário, o que aconteceu, que foi único em Portugal: um primeiro-ministro não ceder a qualquer *lobby*. Nesse aspeto, acho que eles se entendiam muito bem e se apreciavam mutuamente.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em decisões do Governo de que fez parte, o Decreto-Lei n.º 35/2013, sobre a extensão do período das eólicas, foi aqui catalogado também por um ex-Secretário de Estado do Governo em que participou como «um negócio da China», por permitir tarifas garantidas aos produtores, tendo dito que conhecia aquele decreto-lei porque ele lhe tinha sido entregue pela EDP.

A minha questão é simples: o Sr. Engenheiro disse que reuniu várias vezes com a EDP e com outras empresas do setor. Entregaram-lhe esta iniciativa legislativa ou outras iniciativas legislativas do género para tentar que o Governo as aplicasse?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, não, nunca me entregaram, e, se me tivessem entregado algum decreto-lei, ele teria ido para o lixo, não teria tido qualquer efeito.

Não sou especialista nem me lembro exatamente desse decreto-lei em particular, portanto, não lhe posso dizer, mas essa não seria nunca, nunca a maneira como fazíamos as nossas reuniões com a EDP, até porque eu não tinha responsabilidade na área da energia.

Portanto, quando a EDP vinha falar à nossa equipa era para os ouvirmos, mas eu não tinha nem poder nem capacidade e, portanto, ouvia aquilo que eles tinham para dizer. Mas não penso que tenham vindo alguma vez com esse detalhe de decretos-leis em relação à minha equipa porque aquilo que fazíamos tinha a ver com o Memorando de Entendimento. Portanto, aquilo que nós ... o Secretário de Estado estava a cumprir a medida A, B ou C.

Era esse o meu ponto, não estava a negociar nada com a EDP, mas diria que eles não teriam a coragem de vir ter comigo para me dar um decreto-lei, porque isso iria diretamente para o balde do lixo.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, este decreto-lei a que se estava a referir, o Decreto-Lei n.º 35/2013, estende o período das eólicas por mais alguns anos, além de garantir uma tarifa mínima e de também colocar uma tarifa máxima. Não se recorda desse processo?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, recordo-me do processo no seu conjunto, e aí penso que já estamos a falar do Ministro Moreira da Silva nessa negociação.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Do Ministro Álvaro Santos Pereira.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Ainda com o Ministro Álvaro Santos Pereira.

Recordo-me da negociação no seu conjunto. Aquilo que me era dado e transmitido era no sentido, no caso do Ministro Álvaro Santos Pereira, que tínhamos de chegar a 2,1 mil milhões de cortes. Na verdade, eu tinha de ter um papel pragmático, que era pedir ao ministro que me enviasse como é que, exatamente, chegava a esse valor. E assim foi. Esse valor era atingido por várias negociações, fosse nos CMEC, na garantia de potência, na cogeração, isso para mim não era o meu dia a dia.

Portanto, para lhe responder com toda a franqueza, não me lembro exatamente desse ponto porque não era parte do meu trabalho; o meu trabalho era receber o que estava a ser feito, as soluções, e ir para a frente. Era essa a minha função.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Mas nessa altura a EDP já se encontrava totalmente privatizada. Por que é que não foi uma boa altura para aplicar a CESE?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Foi uma boa altura para aplicar a CESE, tanto que ela, depois, foi aplicada pelo Ministro Jorge Moreira da Silva.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — *A posteriori*?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — *A posteriori* foi.

Agora, não sou especialista nem tinha responsabilidades na área. A única coisa que eu sabia era que, para aplicar uma contribuição especial, teria de ser feito já depois da privatização, num momento em que os próprios investidores que tivessem comprado tivessem tempo para reagir e para pensar que não estávamos a mudar as regras a meio da privatização. Mas, para mim, ela foi feita, essa contribuição foi feita em moldes muito parecidos com os que eram os do Eng.º Henrique Gomes. Mas, obviamente, não sou especialista.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, um dos temas muito abordados nesta Comissão tem a ver com o famoso estudo da CEPA, que já foi explicado aqui que tinha como anexo um consultor de Cambridge. O estudo foi alterado sem o conhecimento do gabinete ou do Engenheiro Henrique Gomes? A resposta a esta questão não ficou clara na audição, dizendo ele que, na altura, estudos existiam muitos, assim como alterações, mas esta questão veio na comunicação social e queria fazer-lhe esta primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: devido à sua proximidade com o Primeiro-Ministro da altura, Dr. Pedro Passos Coelho, sabe quem terá entregado o estudo à EDP? É que, aparentemente, no dia em que o estudo foi

entregue no gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, a EDP teve conhecimento dele.

Gostaria de lhe perguntar se tem conhecimento de quem terá entregado esse estudo à EDP.

O Sr. Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, para mim, o estudo era apenas um *input*. Havia vários estudos, não eram só da tal consultora Cambridge, eram também da A. T. Kearney e de outras empresas, e tudo isso que se recebia eram *inputs*.

Aquilo de que me lembro muito bem foi de, na altura, dizer: «meus amigos, estes estudos são apenas um diagnóstico. Não podemos enviar estes estudos para a troica como aquilo que é o cumprimento da medida. O cumprimento da medida é apresentar soluções e isso não está nos estudos.» Portanto, naquilo que foi enviado à troica, os estudos eram, no fundo, um anexo, porque o diagnóstico a troica já conhecia.

O que era preciso dizer era o que íamos fazer de medidas. Há uma medida na garantia de potência, uma medida na cogeração, outra nos CMEC, etc. E isso é que era importante.

Portanto, naquilo que era enviado à troica isso era apenas um *input*. Não sei, nesse *input*, se a troica teve conhecimento de todas as versões. Mesmo que se tentasse mudar alguma coisa era um bocadinho inglório.

O Sr. Deputado estava a dizer que a EDP teve logo conhecimento desse estudo e eu diria como todo o Portugal teve conhecimento do estudo, rapidamente e não só na energia, porque, na altura, todos estes estudos — e é por isso que reforço aqui o papel da transparência —, não valia a pena esconder nada a ninguém. Aliás, o meu objetivo era exatamente o contrário e, portanto, é natural.

Não sei quem é que enviou o estudo à EDP — não faço ideia, não faço a mínima ideia! —, mas sei que, rapidamente, ele se propagou por todo o

lado. Isso é verdade e mostra que valia a pena ser o mais transparente possível, porque todas estas coisas são espalhadas por todo o lado.

Só queria relembrar que aquilo que foi enviado à troica não é o estudo da Cambridge, deste ou daquele, aquilo que foi enviado foram as medidas do Governo, no papel do Governo e da nossa responsabilidade governativa, e é bom que isso seja claro. Aqui, a troica não sabe o que é a Cambridge nem o que são essas consultoras. Isso era uma ajuda que se podia ter, ou não.

Portanto, aquilo que lhe queria dizer é que o que foi enviado à troica é algo muito diferente do estudo, são as soluções.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, não estou a dizer que esse estudo foi enviado à troica; apenas referi que, segundo notícias que vieram a público na altura, no dia em que o estudo foi entregue ao gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ele foi do conhecimento da EDP, e quer o Engenheiro Henrique Gomes quer o Professor Álvaro Santos Pereira referiram esse facto como estranho e lamentaram essa situação.

Perguntava-lhe se acha normal que isso tenha acontecido e dessa forma.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, não acho normal e tenho a consciência muito tranquila, se essa é a sua pergunta.

Portanto, sobre isso, não houve nada do lado do gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Não sei como é que esse estudo chegou à EDP, mas, pelos vistos, chegou. Acho que está mal, é uma coisa que não deve acontecer, mas a verdade é que chegou.

Sobre isso não lhe posso dizer nada; posso dizer-lhe apenas acerca da confiança total que tinha na minha equipa da altura, e que tenho ainda hoje. São pessoas idóneas. Portanto, não sei como é que esse estudo chegou à EDP,

mas de alguma maneira chegou, obviamente. Mas sinto-me completamente tranquilo, com a consciência muito tranquila em relação a isso.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, não coloco em causa ninguém, apenas foi uma pergunta.

Em relação a afirmações do Professor Eduardo Catroga, ele disse nesta Comissão que as medidas da troica não eram obrigatórias, podiam ser sempre alteradas pelo Governo. Como é que comenta estas afirmações?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Havia vários tipos de medidas da troica.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Estou a referir-me às da área da energia.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sim, mas mesmo na energia havia medidas a que chamávamos *benchmarking* estruturais e medidas que não o eram.

Das medidas que não eram *benchmarking* estruturais, de certa forma, todas as sextas feiras, podíamos ir falando com a troica e tentando adaptar ou explicar, dizendo «olhe, esta medida, realmente, não conseguimos fazer, não tem sentido, temos de mudar.» Isso acontecia em várias áreas e também na energia, quando era preciso convencer a troica que não estavam a ver bem o problema.

No caso da medida das rendas excessiva, quando a medida se transforma em *benchmarking* estrutural — tínhamos um quadrozinho de medidas *benchmarking* estruturais, medidas que se não fossem cumpridas o dinheiro daquela tranche não chegava a Portugal —, aí, meu amigo, não havia direito a não cumprir, porque isso se tornava algo que era um

documento legal, tanto da Comissão como do FMI, que tínhamos mesmo de cumprir à letra.

Portanto, quanto à medida das rendas excessivas, tínhamos de a cumprir à letra e eu era responsável por fazer com que isso acontecesse. E lembro-me bem da angústia, porque ela foi cumprida já com algum atraso, em 2012, em fins de janeiro, e aquilo criou-me bastante angústia porque se não acontecesse a troica, o FMI, parava aquela tranche de dinheiro.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, um dos processos de privatização mais contestados na área é o da REN. Há pouco, foi emitida aqui uma opinião pessoal de um atual ministro e, por isso, gostaria de lhe perguntar também qual é a sua opinião pessoal sobre a privatização da REN.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe a pergunta mas não tenho qualquer opinião pessoal a dar aqui sobre a privatização da REN ou outras privatizações. Era a realidade que estávamos a viver naquele momento no País, era uma realidade em que se não fizéssemos as privatizações não conseguíamos completar o programa com sucesso, porque os 80 000 milhões eram curtos para o que tínhamos de fazer, para os compromentimentos, o pagamento dos salários, das reformas e pensões. Portanto, tinha de ser feito.

Aqui, se tivesse uma opinião, de certeza que seria má porque não sou especialista na área da eletricidade nem das redes elétricas. Peço desculpa por não lhe responder diretamente a esta questão mas, realmente, não tenho uma opinião formada. A opinião que tenho é a de que naquela altura tínhamos de continuar com as privatizações, que eram importantes. Foi o que foi feito.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Costa já terminou o seu tempo, mas como tem só mais duas questões e, deste modo, elimina a segunda ronda de perguntas, vai prosseguir.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, ainda no contexto da privatização da REN e atendendo à sua experiência europeia, pergunto se conhece muitos exemplos na Europa de empresas iguais ou com as mesmas características da REN totalmente privadas?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Não conheço. Não tenho um conhecimento do setor para estar a responder sobre quais são ou não privadas.

Acho que era importante, naquilo que era o programa do Governo que era necessário naquela altura, ter estas privatizações. Se, na altura, Portugal fosse um país que tivesse condições financeiras e não estivesse naquela crise, então, aí, a sua pergunta, para mim, teria outra resposta.

Vamos imaginar que Portugal, naquela altura, não estava numa crise. Se não estivesse numa crise, penso que, de certa forma, não teríamos privatizado tudo aquilo que privatizámos porque tínhamos a restrição financeira, e aí haveria uma opinião mais política de pensar aquilo que se tinha de fazer.

Mas repare, Sr. Deputado: a privatização da REN, por exemplo, já estava no memorando quando nós chegámos; a privatização da EDP já estava no memorando quando nós chegámos; a privatização da TAP já estava no memorando quando nós chegámos; a privatização dos Correios, etc.

Sr. Deputado, eu percebo a sua questão e tem todo o sentido perguntar-me qual é a minha atitude em relação a isso, mas a minha atitude depende do contexto e no contexto de um país rico, sem necessidades financeiras, então

aí a conversa é diferente, aí a pessoa pensa: «então, mas vou mais por este caminho ou pelo outro?». Porém, na altura, infelizmente, Sr. Deputado, não tínhamos grande escolha.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Engenheiro, queria colocar-lhe, também, uma questão, até porque já esgotei o tempo, que tem a ver com o Decreto-Lei n.º 240/2004. Existiu um conjunto de queixas à Comissão Europeia sobre eventuais ajudas de Estado e existiu, também, um conjunto de pessoas aqui presentes nesta Comissão de Inquérito que disseram que devíamos voltar a enviar para a Comissão Europeia, os resultados e esses dados, ora, aproveitando os seus conhecimentos europeus e também a sua experiência gostaria de lhe perguntar o que é que pensa sobre esta matéria e se terão existido ou não eventuais ajudas de Estado em relação ao Decreto-Lei n.º 240/2004.

Sr. Engenheiro, para terminar, gostaria, ainda, de lhe colocar uma última questão sobre a REN, não é bem uma questão, mas mais uma afirmação política: da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, olhando para o assunto hoje achamos que a posição da REN, da forma que foi feita, foi um manifesto erro, não deveria ter sido realizada daquela forma, nomeadamente na totalidade do capital, porque poderia não ter sido na totalidade do capital. Mas novamente em relação ao Decreto-Lei n.º 240/2004 gostaria que nos dissesse se esta Comissão deve ou não deve mandar as suas conclusões para a Comissão Europeia a fim de esta reabrir o processo.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, em relação à Comissão Europeia e não estando eu aqui hoje como comissário, mas apenas como Carlos Moedas e não representando aqui a Comissão no que respeita a este inquérito, o que foi feito na Comissão, e foi do meu conhecimento, foram

três decisões que foram tomadas na Comissão e foram decisões técnicas da nossa Direção-Geral de Concorrência, que tem toda a independência.

Portanto, a Direção-Geral da Concorrência funciona com um mandato total de independência sobre a égide da minha colega da concorrência e essas decisões, nos aspetos que foram consultados, foram no sentido de que não havia ajuda de Estado. Ou seja, as regras estavam cumpridas e, portanto, essas foram as decisões que foram tomadas pela Comissão tanto na validação daquela que era a legalidade dos CMEC, como do alargamento das concessões das barragens e tudo isso foi considerado nos termos das ajudas de Estado.

Mas só para ficar claro, o que isto quer dizer é que a Direção-Geral da Concorrência diz que naquele aspeto não houve ajuda de Estado e, portanto, essa é a decisão eu conheço, mas, como lhe digo, conheço como qualquer outra pessoa, nunca na minha vida não tive qualquer contacto com a Direção-Geral da Concorrência sobre este aspeto, mas é aquilo que é conhecido publicamente.

O Sr. **Hugo Costa**: — Sr. Engenheiro, agradeço as suas respostas e não deixa de ser interessante e curioso, numa sociedade digital, podermos falar a esta distância e quero desejar-lhe um bom dia.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Comissário Carlos Moeda, bom dia.

Gostaria de começar pela ideia que aqui nos trouxe de que a introdução da contribuição proposta pelo Sr. Eng.º Henrique Gomes, enquanto

Secretário de Estado e pelo Ministro Álvaro Santos Pereira, seria como que transformar a privatização numa venda de gato por lebre.

Eu queria contestar essa ideia com base na cronologia dos factos, é que o momento em que é decidida a privatização é posterior à apresentação, no seio do Governo, da proposta de contribuição. Isto é, se a proposta de contribuição tivesse sido adotada em setembro, porque em setembro foi quando não só é apresentado o projeto de decreto-lei, como o estudo dos seus impactos, como os pareceres jurídicos que o sustentavam e ainda o reflexo que viria a ter na própria privatização. E é ainda em setembro que o Eng.º Henrique Gomes pede a sua demissão no quadro da recusa dessa contribuição. Ora, só depois de tudo isto acontecer é que é decidida a privatização da EDP, pelo que a lebre estava bem desenhada se a contribuição tivesse sido decidida e o comprador saberia que estava a comprar uma empresa que passaria a estar a pagar aquela contribuição.

Portanto, aquilo que nos foi aqui apresentado foi que a decisão de não avançar com a contribuição foi tomada para valorizar a privatização e não porque ela ficasse pervertida. Quer rever esses acontecimentos?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, para lhe responder à pergunta, talvez o que possa ajudar é dar uma explicação de como é que decorre um processo de venda de uma empresa e um processo de privatização.

Um processo de venda de uma empresa e o facto de ele estar terminado em dezembro quer dizer que no mês de julho, agosto, já todo o sistema está montado, ou seja, os próprios documentos legais, aquilo que já se foi dizer e já se apresentou aos investidores, portanto, em setembro...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, deixe-me só corrigi-lo nesse ponto. Eu conheço a auditoria do Tribunal de Contas que refaz a

cronologia da privatização e o decreto-lei da privatização sai no último dia de setembro e as cartas aos investidores que, como diz, são anteriores ao decreto, são de 24 de setembro. O primeiro contacto que os investidores têm com a possibilidade de participar no processo de privatização ocorre na última semana de setembro portanto depois de todo este processo que eu descrevi.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — O Sr. Deputado está a falar da formalização de todo o processo, mas nessa altura, em setembro, e eu lembro-me bem disso, já os investidores estavam no mercado a estudar a empresa através daquilo que era público, obviamente. Eu percebo que na sua visão diga que estes eram os prazos legais, que aconteceu no fim de setembro, mas na realidade, factualmente, quando nós dizemos que em julho vai estar no mercado uma determinada empresa os investidores começam a trabalhar sobre o cenário das contas públicas que são apresentadas, dos relatórios que são públicos, dos analistas dos bancos e tudo isso começa. Portanto, há uma expectativa e essa expectativa é de uma empresa que está valorizada no mercado a um determinado valor, aliás, a empresa é pública e, portanto, todos esses dados eram públicos e quando eu digo mudar a meio do jogo é exatamente porque nós não podemos dizer que se mudássemos em setembro tinha sido antes da data de que era no fim de setembro ou em outubro. Fosse o que fosse, era tarde demais para estar a mudar, isso tinha de ter disso feito *ab anteriori* para mantermos a nossa credibilidade.

Portanto, matematicamente o que diz tem toda a razão, e peço desculpa se não fui claro na explicação sobre isso, mas há uma parte que é o processo legal, o processo formal, mas depois há também as expectativas e, imagine, mesmo que em setembro dissesse isso, os analistas diziam: «mas espere aí, então mas nós estávamos a olhar para a EDP em junho, em julho, nunca soubemos nada disto e agora acontece esta situação?». Ora, esta é a perda

total da credibilidade da empresa, do País, isto é uma coisa que não pode acontecer.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ó Sr. Engenheiro, eu percebo essa questão das expetativas, mas as expetativas são um processo evolutivo, como dizia o Sr. Engenheiro há bocado a respeito de outra questão, e os investidores que estão interessados em comprar uma empresa, até ao dia em que apresentam as suas propostas verificam qual é o quadro regulatório e o seu próprio processo evolutivo.

Ora, os investidores sabiam desde junho da existência de um Memorando de Entendimento que previa a alteração das condições de remuneração do setor elétrico e conheciam antes de apresentar as suas propostas em dezembro, que foi o momento em que apresentaram as suas propostas finais, conheciam já o texto da segunda revisão do Memorando onde eram incluídas as questões das revisões das várias rendas.

Portanto, os investidores quando apresentam a sua proposta apresentam-na com uma expetativa e qual é essa expetativa? É de que vai haver uma baixa de rentabilidade da empresa por via da revisão das rendas, tal como diz o Memorando na sua versão inicial, e reforçado pela sua segunda revisão nas vésperas da apresentação dessas propostas.

O documento do Engenheiro Henrique Gomes que enviou para si, mas que acabou por não ser enviado à troica terminava com a seguinte alusão e vou ler, está em inglês vou fazer aqui um esforço da tradução simultânea: «Deve ser sublinhado que a correção das rendas excessivas, CMEC, CAE, PRE, garantia de potência, sob a medida 5.15 do Memorando revisto tem de ser neutra no processo de privatização». A revisão do Memorando foi tornada pública antes das decisões sobre a privatização, antes das ofertas finais, então os agentes económicos que compraram e venderam posições na EDP já tinham incorporado a expetativa da valorização da correção dessas

rendas nas suas decisões, caso contrário se isto não for tido em conta, a ausência da correção destas rendas excessivas, nomeadamente na EDP, iria contra as expetativas do mercado no momento da privatização.

Portanto, o Governo foi alertado, pelo próprio membro do Governo neste caso o Eng.º Henrique Gomes, para o facto de as ofertas pela empresa estarem já a incorporar a expetativa desta correção que depois não aconteceu nem na contribuição que estava desenhada e que é muito diferente, e muito mais penalizadora da EDP do que a que veio depois a ser adotada, e estavam à espera de correções ao nível da remuneração dos CMEC, da PRE, etc., que depois não ocorreram pelo menos nas dimensões em que seria previsível.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, eu penso que há dois pontos: o primeiro que falta na sua análise é a diferença entre tomar uma atitude unilateral e uma atitude negociada.

Eu penso que se, naquela altura, tivéssemos tomado uma atitude unilateral a partir daí não teríamos conseguido fazer mais nenhuma privatização. Porque, repare, se eu, como Governo, de repente, no meio de um processo, que pode ser em setembro ou em outubro ou ser anunciado no fim de setembro, onde fosse, e eu de repente digo: «Sim, senhor, estou aqui e agora vou pôr uma contribuição especial». A partir daí nenhuma empresa, seja em que setor, viria para Portugal naqueles anos, que já eram terríveis, de crise e dizia assim: «Ah, vou aqui comprar uma empresa neste País?! Eh, pá, cuidado. Cuidado, porque os tipos a meio da coisa... Olha o que eles fizeram na EDP, puseram uma contribuição mesmo em cima da altura que estavam a fazer».

Portanto, isso era terrível e eu gostava, primeiro, de tornar esse ponto muito claro. Havia uma decisão do Governo e com a qual a troica concordava, que era que não devíamos fazer nada de unilateral. Portanto, esse é o primeiro ponto que gostava de juntar à sua análise e depois, Sr.

Deputado, obviamente, que não concordará e achará que no seu caso, se estivesse no Governo na altura teria feito de maneira unilateral, mas isso faz parte também da diferença que temos sobre a visão do mundo, que é diferente, entre aquilo que é a sua visão e a minha visão e a minha visão era que deveria ser negociado.

Depois, relembro-lhe que no fim da primeira avaliação, portanto, estamos a falar em setembro de 2011, aparece a primeira versão da primeira avaliação do Memorando — isto é em setembro, portanto, estamos em setembro, é um documento que sai publicado pela troica em setembro —, que não falava ainda nem de rendas excessivas, nem falava de CMEC, falava, sobretudo, de uma medida que era das cogerações e das renováveis.

Só depois, na segunda avaliação — e já estamos a falar em dezembro —, que acontece em dezembro, e é aí que temos a grande imposição da troica das rendas excessivas e em que estamos todos a lutar para conseguir a medida, portanto, isso é só mais em dezembro.

Sr. Deputado, é fácil agora, quando olhamos para trás, dizer: «Esta é a linha do tempo e isto só foi na quinta-feira e na quarta-feira vocês podiam ter mudado», mas a realidade da vida não é assim porque tudo isto vai sendo construído em paralelo, mas obrigado pelo seu detalhe, os dias exatos, as datas, acho que é importante tê-lo feito, mas a realidade é que era um filme muito mais dinâmico, ou seja, a dinâmica era essa e, sobretudo, permita-me só repetir: o ponto sobre o unilateral e ter negociado era um ponto importante naquela altura, agora pode-se concordar ou discordar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, responda-me a uma pergunta muito simples: considera que os investidores que compraram a EDP achavam que o Memorando, como dizia Eduardo Catroga, «não era para levar a sério» e, portanto, não consideraram a revisão daquelas rendas ou consideraram-nas e, com isso, baixaram o valor que ofereceram?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Isso teria de perguntar àqueles que, na altura, estavam no concurso, mas se estivesse do lado dos investidores, teria pensado: «Não! Este Governo vai ter fazer qualquer coisa.». É que, do lado deles, também sabiam o que se estava a passar. Liam os documentos, liam as notícias, mas pensavam: «Vamos acreditar que Portugal é um País sério e que vai fazer isto negociado connosco. Se for negociado connosco, podemos encontrar caminhos para conseguir colmatar as diferenças nas expetativas. Agora, o que esperamos é que o Governo não tome uma medida em que nem sequer fazemos parte da conversa, ou seja, não sabemos o que é que se vai passar.».

Isso era importante para eles e penso que tinham isso em mente, sabiam que alguma coisa se teria de passar, mas seria algo que fosse negociado, que fizesse sentido e que se conseguisse falar entre as várias partes. Era importante o diálogo. Acho que nas negociações, sobretudo nas vendas de empresas, é importantíssimo que as pessoas sintam que há confiança entre as partes e qualquer medida unilateral quebraria essa confiança. Era importante e os investidores tinham noção disso, mas queriam, de certa forma, até testar. Acho que se tivéssemos ido pelo caminho unilateral, os investidores internacionais teriam realmente... No fundo, estavam a testar a nossa capacidade, ou a falta dela, de sermos um País credível e sério, de não fazer e de não quebrar contratos. Basicamente é isso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ou seja, acharam que a medida 5.15 era para a troica ver mas não tinha consequências. Já percebemos.

Faço-lhe agora uma pergunta bastante concreta: por que é que a privatização não teve prospeto?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, só um detalhe: a medida 5.15 dizia que iriam ser encontradas soluções e que essas soluções eram várias. A medida 5.15 não dizia que íamos criar um imposto ou algo de unilateral. Eles tinham consciência do que aí vinha, ou melhor, só tiveram consciência total em dezembro, que já era um bocadinho tarde, mas tinham consciência e sabiam que era algo que seria negociado entre as partes.

À outra pergunta que me fez, não lhe sei responder. Não lhe sei responder, porque não tinha realmente qualquer papel nas privatizações nem qualquer responsabilidade pelas privatizações. Assisti, na altura, às apresentações que foram feitas no final, no Conselho de Ministros, mas a minha preocupação estava muito longe disso.

Portanto, a sua pergunta sobre se havia prospeto ou não, sinceramente, não sei.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não perguntei, afirmei. Só perguntei «porquê». Não houve prospeto, é uma afirmação.

Só uma correção, também, sobre a medida 5.15: esta medida não anuncia nenhuma negociação com os investidores. A medida 5.15 diz que a apresentação de um relatório com as medidas das rendas excessivas deve constituir uma proposta do Governo que vai especificar como é que as rendas excessivas, no regime ordinário, no regime especial, vão ser corrigidas, e a *deadline* para a entrega desse relatório era janeiro de 2012. Portanto, em janeiro de 2012, o Governo tinha de estar a dizer à troica como é que ia cortar nas rendas, não era nenhuma negociação com os produtores.

É por isso que me questiono sobre qual foi a importância desta medida na formação do valor oferecido pelos investidores no processo de privatização. Penso que não podemos ir muito mais longe neste ponto e queria passar adiante.

Há uma diferença entre o documento do Eng.º Henrique Gomes que era suposto ser enviado à troica e o documento que finalmente acabou por ser enviado à troica. Essa diferença não é — também ao contrário do que disse o Sr. Engenheiro — que o primeiro não tinha propostas e que o segundo passou a ter. O primeiro tinha propostas e posso dizer-lhe quais eram: cortes na cogeração, a revisão do regime do CO₂, o corte na garantia de potência e o corte na duração do subsídio às mini-hídricas.

Além disto, no documento de Henrique Gomes estava a revisão do CMEC, incorporando a correção da avaliação do domínio hídrico, porque, como também sabe, segundo a avaliação que o Governo fez, tanto no tempo de Henrique Gomes como no tempo de Artur Trindade e de Moreira da Silva, o cálculo do domínio hídrico e o cálculo do CMEC tinham sido mal feitos, e até a autorização dada pela Comissão Europeia não tinha tido em conta estes dados.

Nesta avaliação, resultava que era proposto pelo relatório de Henrique Gomes a revisão do CMEC considerando o domínio público hídrico, o que incluía 80 milhões de euros anuais de correção no CMEC.

O que é que foi enviado por si para a troica?! Foi enviado que a correção da taxa seria feita de 7,55 para 6,86, o que seria uma poupança — está escrito — de 4 milhões de euros anuais. Como bem sabemos, depois, na negociação, o Governo conseguiu melhor e o que fez foi uma correção de 14 milhões de euros. Passámos de uma versão de 80 milhões de euros, no caso do Eng.º Henrique Gomes, para 4 milhões no relatório enviado e para 14 milhões depois concretizados. Isto desapareceu e o que apareceu foi a possibilidade de compra pelas eólicas da extensão da sua *feed-in*.

A minha pergunta é esta: qual foi a apreciação que a troica fez, como é que reagiu, a este relatório enviado no âmbito da medida 5.15?

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, a troica ia tendo conhecimento de tudo aquilo que nos era enviado e, nas chamadas telefónicas que tínhamos todas as sextas-feiras, a troica estava ao corrente de todos os documentos que passavam, que estavam na Secretaria de Estado. Tenho a certeza absoluta de que a troica conheceu todos esses documentos e que sabia exatamente qual era a primeira versão e qual era a segunda versão.

Quando disse há pouco que o primeiro documento não tinha soluções, isso foi corroborado pelo Dr. Tiago Andrade e Sousa, que foi chefe de gabinete, na própria audição. Como já não me lembrava, estive até a rever um bocadinho o que ele disse. Depois, o Prof. Álvaro Santos Pereira disse que, realmente, tinha soluções, mas que não eram suficientes. Segundo a minha memória, diria que, na altura, elas não seriam as necessárias para poder apresentá-las à troica. Pelo menos uma coisa é certa: não chegavam aos 2,1 mil milhões.

Tudo o que me está a apresentar... O Sr. Deputado, que tem feito um trabalho muito profundo e técnico sobre este aspeto, saberá muito melhor do que eu. Aquilo que sei é que essas negociações foram tidas, em primeiro lugar, dentro do Governo, portanto, foram tidas com o Ministro e com o Secretário de Estado.

Quando o Sr. Deputado diz «aquilo que enviei à troica», enviei à troica aquilo que era consensual dentro do Ministério e que me chegava a mim para poder justificar à troica que a medida estava cumprida e, portanto, que tinha esse valor. Agora, se a taxa era de 7,5 ou 6,86 e se era mais da cogeração ou do CO₂, não tinha conhecimento para isso, não era isso que tratava, e penso que o Sr. Deputado terá pessoas muito mais competentes que já passaram por aí e outras que poderão responder a essa pergunta.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Coloco-lhe uma questão muito concreta: o relatório do Eng.º Henrique Gomes parou no seu gabinete e a necessidade de fazer outro foi identificada por si.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — A necessidade de apresentar soluções que chegassem àquele valor foi apontada por mim. O meu trabalho, no fundo, era telefonar aos ministros quando os relatórios chegavam. Dizia: «Olhe, este relatório ou tem medidas, ou tem poucas medidas, mas não chega para aquilo que é necessário para dar respostas à troica». Eu próprio às vezes apresentava...

Tenho a certeza de que nessas interações se falou com a troica à sexta-feira e que a própria troica dizia: «Não. É mais isto ou mais aquilo.». Nessas conferências telefónicas, estavam, obviamente, representantes do Ministro da Economia, do Secretário de Estado, e tudo isso era falado.

Agora, a minha função era dizer assim: «Meus senhores, vocês têm de apresentar o total das medidas, porque se não isto não passa. Temos de encontrar o valor». Portanto, empurrava, de certa forma, para dizer «isto não chega» e, quando chegasse, eles é que decidiam qual era o *mix* dessas medidas, as negociações que faziam internas e as contas que faziam entre eles. Isso já não era da minha responsabilidade nem podia ser, porque não é a minha área.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Engenheiro, foi produzido mais tarde, em novembro, um relatório que corresponde à medida 5.6 do Memorando, que é a necessidade de entregar uma avaliação do esquema dos CMEC. Esse relatório é produzido e é enviado, suponho que por si ou por seu intermédio, à troica. Em primeiro lugar, gostava que me confirmasse isto, que este relatório da medida 5.6 foi enviado.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, a única coisa que posso fazer é confirmar... Deixámos naquele livro dos «1000 dias e das 450 medidas» tudo aquilo que foi entregue à troica e de certeza que se esse documento está na lista das medidas é porque foi cumprido e foi entregue à troica. Disso não tenho dúvidas. Posso verificar exatamente e responder-lhe depois por outro intermédio, por *e-mail*, mas neste momento, aqui, diria que sim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, esse documento, digamos, é «explosivo» do ponto de vista das considerações que faz pela parte do Governo português, do Ministério da Economia, nomeadamente porque, como disse há pouco, contesta a autorização dada em 2004 ao Decreto-Lei n.º 240/2004 pela Comissão Europeia, dizendo que a Comissão Europeia não terá considerado, na sua avaliação do decreto-lei, o facto de estarem a ser mal calculadas as prestações sobre o CMEC inicial.

Em segundo lugar, refere a questão da extensão do domínio hídrico e contesta abertamente a ideia da utilização de duas taxas diferentes para a avaliação da extensão do domínio hídrico a favor da EDP. O documento quantifica os valores e aponta para 300 milhões de euros do cálculo errado do CMEC inicial e para cerca de 600 no prejuízo para a parte pública na má avaliação da extensão do domínio hídrico, portanto, 900 milhões de euros a favor da EDP, e estes factos são comunicados como posição oficial do Governo português através deste relatório à troica.

Qual foi a reacção da troica? É o que lhe pergunto em primeiro lugar.

Em segundo lugar, por que é que o Governo português, face a estas constatações, não tomou qualquer medida a não ser uma pequena redução de 120 milhões no CMEC? Pode dizer-se que foi a única que aconteceu até hoje e esse mérito ninguém vai tirar ao Governo anterior, mas é de 120 milhões em 900, que são identificados neste relatório.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, tínhamos noção do problema que existia. A troica também tinha essa noção. Não lhe posso dizer exatamente, não me lembro qual foi a reação deles sobre o relatório em particular, mas, Sr. Deputado, a noção do problema, a noção de que tínhamos de fazer alguma coisa, essa foi clara. E o próprio Sr. Deputado diz: «Esse mérito é vosso». E é! Depois pode-se discutir se esse mérito foi o suficiente ou não e aí o Sr. Deputado, com a sua análise técnica, terá certamente argumentos que não tenho, porque, como lhe digo, não conheço o suficiente sobre esses argumentos técnicos. Mas esse mérito de ter sido realmente o primeiro Governo que fez alguma coisa sobre isto é claro, portanto, isso ninguém nos pode tirar e a própria troica reconhecia isso! A troica reconhecia esse trabalho.

Portanto, tudo lhes foi apresentado. Eles tinham a clareza total do que se estava a passar e lembro-me que, nos vários relatórios, não sei se foi esse em particular, a troica não ficava, de certa forma, surpreendida. Eles sabiam do problema, tinham a noção do problema, por isso não houve uma questão de surpresa, porque tudo lhes foi apresentado a tempo e horas. A própria troica vinha a Portugal e sentava-se com todas as pessoas que também estiveram nesta Comissão. Se os Srs. Deputados perguntarem a todos os que estiveram nesta Comissão se alguma vez estiveram sentados com a troica, acho que quase todos estiveram. Numa maneira ou noutra, a troica tinha representantes em Portugal, encontrava-se com estas pessoas e toda a gente tinha noção do problema.

Agora, Sr. Deputado, o que se pode fazer mais... Acho que se pode sempre fazer mais, mas dentro daquelas condições, dentro da dificuldade que tínhamos, dentro do momento em que vivíamos, aquilo que fizemos foi muito e foi único.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Coisas únicas que aconteceram naqueles tempos há muitas, ficávamos aqui mais do que esta manhã toda a discuti-las uma a uma, portanto, não me vou dedicar a isso.

Queria terminar com uma pergunta muito concreta, que se prende com o seguinte: aqui na Comissão, o então Ministro Álvaro Santos Pereira identificou estes erros cometidos na avaliação do CMEC e na avaliação da extensão do domínio hídrico como formas de favorecimento da EDP, ou seja, como atos deliberados de favorecimento da EDP. Nesse contexto, terá tomado iniciativas de comunicar toda esta dimensão de problemas às autoridades judiciais.

Pergunto se foi do conhecimento do Governo, ou seu, em particular, alguma iniciativa tomada pelo Ministro Álvaro Santos Pereira de contacto com as autoridades judiciais sobre estas matérias.

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Sr. Deputado, não vou comentar aqui a opinião do Prof. Álvaro Santos Pereira. Não tenho, nem tive, na altura, nenhum conhecimento. O que me está a dizer... Obviamente, houve muitas coisas que hoje me escapam, porque, como lhe disse, dentro da minha função, esta era apenas uma pequena parte, portanto, não tenho lembrança sobre o que é que o Ministro Álvaro Santos Pereira fez em relação a comunicar às autoridades judiciais. Mas, se o fez, fê-lo de consciência e consoante aquilo que sempre defendeu.

Isso é algo que não vou comentar, sobre o que é que ele fez. Acho que fez aquilo que achava que tinha de fazer como homem reto e honesto que é.

Este é o único comentário que posso fazer.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não queria...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, penso que terá terminado, porque já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Agradeço, mas não vou usar a segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — É que já estou a contar este período como uma segunda ronda, só que a diferença entre a primeira e a segunda ronda é que, na segunda ronda, as perguntas são todas feitas em contínuo e estou a permitir-lhe que faça 13 minutos de pergunta e resposta. Por isso, agradeço mesmo que sintetize.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Vou terminar, Sr. Presidente. A minha pergunta era só se tinha conhecimento e a sua resposta é «não».

O Sr. Eng.º **Carlos Moedas**: — Não, não tinha, Sr. Deputado. Não tive conhecimento disso. O que me está a dizer, para mim, é totalmente novo e estou a responder com toda a sinceridade e toda a honestidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Comissário, muito obrigado. Um abraço de Lisboa para Bruxelas, onde presumo que esteja. Agradeço a sua participação e a forma como respondeu às questões todas.

Agradeço ainda aos Srs. Deputados e ao *staff* de apoio a esta Comissão, recordando que a partir das 14 horas e 30 minutos eremos connosco o Sr. Eng.º Jorge Moreira da Silva, que vem na qualidade de ex-Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Um grande abraço internáutico.

Muito obrigado.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 23 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.